



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro – ILB

RICARDO MORAES WESTIN PIMENTA

DE FLORENÇA A BRASÍLIA:
A ATUALIDADE DE NICOLAU MAQUIAVEL
NA POLÍTICA DE DILMA ROUSSEFF E EDUARDO CUNHA

Brasília
2015

RICARDO MORAES WESTIN PIMENTA

**DE FLORENÇA A BRASÍLIA:
A ATUALIDADE DE NICOLAU MAQUIAVEL
NA POLÍTICA DE DILMA ROUSSEFF E EDUARDO CUNHA**

Trabalho final apresentado para aprovação
no curso de pós-graduação *lato sensu* em
Ciência Política realizado pelo Instituto
Legislativo Brasileiro (ILB) como requisito
para obtenção do título de especialista em
Ciência Política

Área de Concentração: Poder Legislativo,
Sociedade e Instituições

Orientador: Edvaldo Fernandes da Silva

Brasília

2015

Ricardo Moraes Westin Pimenta

**DE FLORENÇA A BRASÍLIA:
A ATUALIDADE DE NICOLAU MAQUIAVEL
NA POLÍTICA DE DILMA ROUSSEFF E EDUARDO CUNHA**

Trabalho apresentado ao Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) como pré-requisito para a obtenção de certificado de conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu* em Ciência Política.

Brasília, 1º de setembro de 2015

Banca examinadora:

Prof. Rafael Silveira e Silva

RESUMO

O presente trabalho investiga se as recomendações que o pensador político Nicolau Maquiavel fez aos governantes no livro *O Príncipe*, de 1513, permanecem atuais e podem ser aplicadas à arena política brasileira. O trabalho inclui dois estudos de caso. Os objetos são a presidente da República, Dilma Rousseff, e o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Primeiro, são analisados os principais movimentos políticos feitos por Dilma e Cunha entre novembro de 2014 e agosto de 2015, de acordo com entrevistas realizadas pelo autor deste trabalho e reportagens publicadas no jornal *Folha de S.Paulo* e na revista *Veja*. Depois, esses movimentos são comparados com as recomendações de Maquiavel. O trabalho identifica uma relação entre a aderência às orientações maquiavelianas e o resultado político. Quando seguiram Maquiavel, os dois políticos otimizaram suas chances de sucesso. Quando não seguiram, suas chances de fracasso político aumentaram. O presente trabalho conclui, em suma, que o receituário de Maquiavel continua atual e aparentemente pautou o comportamento dos protagonistas do conflito analisado.

Palavras-chave: Dilma Rousseff; Eduardo Cunha; Nicolau Maquiavel; Poder Executivo; Poder Legislativo.

ABSTRACT

The purpose of this research is to investigate whether the recommendations addressed to rulers by the political thinker Nicolò Machiavelli in his masterpiece *The Prince* in 1513 remain current and may be applied to the Brazilian political arena. This research includes two case studies, and the objects are the president of the Republic, Dilma Rousseff, and the president of the Chamber of Deputies, Eduardo Cunha. First, the main political moves made by Dilma and Cunha between November 2014 and August 2015 are analyzed, according to interviews made by the author of this research and news reports published in *Folha de S.Paulo* newspaper and *Veja* magazine. Then, these moves are compared with Machiavelli's recommendations. This research identifies a connection between the political outcome and the adherence to the Machiavellian guidelines. When they followed Machiavelli's recommendations, the two Brazilian politicians optimized their chances of success. When they did not follow them, their chances of political failure increased. This research concludes that Machiavelli's commandments remain up to date.

Keywords: Dilma Rousseff; Eduardo Cunha; Executive; Legislature; Nicolò Machiavelli.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. DE FLORENÇA A BRASÍLIA	10
2.1. Florença: Maquiavel	10
2.2. Brasília: Dilma e Cunha.....	17
2.3. Dilma e Cunha sob a ótica de Maquiavel	19
2.3.1. Dilma se elege presidente da República	19
2.3.2. Cunha se elege presidente da Câmara.....	23
2.3.3. Dilma e Cunha montam suas equipes	37
2.3.4. Dilma e Cunha lutam pelo controle da agenda legislativa.....	45
2.3.5. Dilma e Cunha se veem enfraquecidos.....	54
3. CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67
APÊNDICE.....	78

1 INTRODUÇÃO

No decorrer de 2015, o Brasil assistiu a um fenômeno incomum: uma crise política gerada pelo embate entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, mais especificamente entre a presidente da República, Dilma Rousseff (PT), e o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

O embate se materializou da seguinte forma, em resumo: Dilma buscou evitar a eleição de Cunha para a presidência da Câmara; depois, os deputados, liderados por Cunha, tanto aprovaram uma série de propostas que foram contra os interesses do governo, elevando os gastos públicos, quanto dificultaram a aprovação das proposições defendidas pelo governo. A crise política se deu num período em que o país passava por dificuldades econômicas. Por isso, para esse ano, a prioridade estabelecida pelo governo havia sido o ajuste das contas públicas, com a elevação da arrecadação e a redução dos gastos federais.

Esses acontecimentos contrariaram a lógica do presidencialismo de coalizão vigente no Brasil descrita por Sérgio Abranches.¹ De acordo com esse sistema, diante do quadro multipartidário da política nacional, o partido do presidente da República não conta com assentos suficientes no Congresso Nacional e forma uma coalizão partidária com o intuito de obter a maioria, que lhe dará sustentação parlamentar e facilitará a aprovação das proposições legislativas de seu interesse. No presidencialismo de coalizão, os partidos aliados ganham postos importantes na máquina federal, como ministérios e estatais. Em contrapartida, eles votam no Legislativo conforme os interesses do governo, do qual também fazem parte. É isso o que tem garantido a governabilidade no Brasil.

O PMDB fazia parte da coalizão presidencial em 2015. Mesmo assim, o peemedebista Eduardo Cunha adotou uma postura conflitiva em relação ao Palácio do Planalto, levando para seu lado inclusive outros deputados federais da base governista.

Nesse momento da política brasileira, viu-se a tripartição do poder pregada por Montesquieu² ser afetada. De acordo com ele, os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) precisam atuar de forma independente e harmônica, de modo a evitar o despotismo e garantir a liberdade dos cidadãos. No Brasil de 2015, o Executivo e o

1 ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. In: *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, 1988, pp. 5-34.

2 MONTESQUIEU. *O Espírito das Leis*. Trad. Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

Legislativo continuaram atuando de forma independente, porém não de maneira harmônica. Isso, para Montesquieu, seria sinal de uma crise no sistema.

O singular conflito entre a presidente Dilma Rousseff e o deputado Eduardo Cunha pode ser usado para pôr à prova a visão que o pensador florentino Nicolau Maquiavel expressou em *O Príncipe* e verificar se esse clássico da ciência política moderna, escrito em 1513, permanece atual e se aplica à realidade brasileira. É exatamente o que a presente pesquisa procura fazer. No pequeno livro, o pensador listou uma série de mandamentos que o líder político deveria seguir para ter sucesso — conquistar o poder, manter-se no poder e ampliar o poder. O conflito entre Dilma e Cunha foi motivado, em última instância, pela busca do poder.

As perguntas que a presente pesquisa busca responder são três, basicamente. Em que situações Dilma e Cunha seguiram *O Príncipe* e em que situações o ignoraram? Nas situações em questão, a obediência ao receituário de Maquiavel trouxe benefícios e a desobediência, prejuízos? O manual de Maquiavel é atemporal e faz sentido ainda hoje, 500 anos depois de ter sido escrito? As duas primeiras respostas automaticamente conduzem à terceira.

Para encontrar as respostas, a elaboração da presente pesquisa passou por três etapas. Em primeiro lugar, após leituras de *O Príncipe*, destacaram-se as recomendações que Nicolau Maquiavel ofereceu aos governantes. Essa tarefa se fez necessária porque os mandamentos aparecem dispersos ao longo das páginas, e não elencados de forma sistematizada.

Em segundo lugar, identificaram-se as falas, as articulações e as decisões de Dilma Rousseff e Eduardo Cunha. Isso foi feito por meio de reportagens publicadas na imprensa. Foram escolhidos o jornal *Folha de S.Paulo* e a revista *Veja*. Cada título era, em sua categoria, o mais popular entre os deputados federais. De acordo com uma pesquisa feita em 2015, a *Folha de S.Paulo* era lida rotineiramente por 91% dos deputados. A *Veja*, por 80%.³ O que embasou a presente pesquisa foram as informações objetivas contidas nos textos, e não as opiniões emitidas por colunistas e analistas. Outros veículos de comunicação foram eventualmente consultados.

O período analisado começa em 1º de novembro de 2014, logo após a reeleição de Dilma Rousseff, e termina em 22 de agosto de 2015, quando se noticiou que

3 Pesquisa *Mídia e política 2015*: hábitos de informação e monitoramento político. Brasília: FSB Comunicação, 2015. Disponível em: <<http://www.jornalistasecia.com.br/pesquisa/midiaepolitica2015.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

o ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Gilmar Mendes pediu a investigação de denúncias de que a campanha eleitoral de Dilma havia contado com dinheiro desviado da Petrobras.

Além disso, foram utilizadas como fonte complementar de informação duas entrevistas feitas em agosto de 2015 pelo autor da presente pesquisa: uma com um deputado federal próximo de Eduardo Cunha e outra com o chefe de gabinete da liderança de um partido na Câmara dos Deputados. Ambos falaram com a condição de que seus nomes não fossem publicados.

Em terceiro lugar, por fim, confrontaram-se as ações da presidente Dilma Rousseff e do deputado Eduardo Cunha noticiadas pela imprensa com as orientações formuladas por Maquiavel, de modo que a presente pesquisa apontasse quais foram seguidas e quais não foram seguidas.

De todos os mandamentos identificados em *O Príncipe*, foram pinçados apenas aqueles que de alguma maneira tinham relação com o período político em estudo. Esta pesquisa não chega a esgotar todo o receituário apresentado na obra, porém aborda uma parcela considerável das orientações.

O Príncipe foi escrito no início do século 16, num contexto histórico, político e geográfico bastante diverso daquele que serve de pano de fundo para Dilma e Cunha. Por essa razão, a análise dos mandamentos exigiu que se fizessem adaptações para o local e o tempo em análise.

No segundo mandato, a presidente Dilma Rousseff não experimentou atritos apenas com a Câmara dos Deputados. O Senado, sob a presidência de Renan Calheiros (PMDB-AL), também buscou adotar uma postura crítica e autônoma em relação à Presidência da República nos primeiros meses de 2015. A relação entre Renan e Dilma, porém, está fora dos limites do presente trabalho.

Esta pesquisa não tem a pretensão de explicar as causas da crise de 2015 nem de se apresentar como uma narrativa histórica definitiva do singular momento político em foco. Ainda que fossem essas as intenções, elas não seriam viáveis, pois a pesquisa foi elaborada em pleno calor dos acontecimentos, num momento em que os fatos ainda se desenrolavam. Faltaria o distanciamento temporal necessário. A presente pesquisa é mais pontual e busca tão somente investigar se o pensador florentino permanece atual ou não no Brasil do início do século 21.

2 DE FLORENÇA A BRASÍLIA

2.1 Florença: Maquiavel

De todos os pensadores políticos, talvez seja Nicolau Maquiavel o mais conhecido do grande público — ainda que esse conhecimento possa ser apenas vago. Tal popularidade, em parte, deve-se ao adjetivo “maquiavélico”, de uso razoavelmente corrente no dia a dia. O dicionário *Aulete* faz a seguinte definição: “diz-se de indivíduo artiloso, pérfido, possuidor de mente treinada em arquitetar friamente atos de má-fé”. Nas aulas de história geral dadas no colégio, Maquiavel aparece como o autor do controvertido lema “os fins justificam os meios”, e a interpretação da frase por vezes tende ao simplismo, o que reforça tanto a carga pejorativa do termo “maquiavélico” quanto a imagem negativa do pensador florentino.

Trata-se de uma deturpação. É um equívoco dizer que Maquiavel pregava que o governante deveria agir de má-fé — sendo calculista, inescrupuloso, mentiroso, cruel e violento, atropelando quem quer que fosse e recorrendo inclusive a práticas criminosas, sempre com a obsessão de obter o máximo possível de benefícios próprios. Ao contrário do que muitos creem, *O Príncipe* não é um manual destinado a ensinar aos tiranos métodos imorais de subjugar o povo.⁴

Uma parte desse equívoco chega a ser compreensível porque, de fato, Maquiavel fez uma separação entre a moral privada e a moral política (ou moral do poder). Para ele, o adjetivo “bom” assume acepções bastante diversas conforme a situação considerada. Nas relações privadas, Maquiavel aceita que “bom” é o homem benevolente, altruísta, sincero e reto. Nas relações de poder, por outro lado, ele entende que “bom” é o governante capaz de manter-se no poder e, assim, proteger o Estado de convulsões internas e agressões externas e garantir o bem-estar da população. As regras da moral privada, portanto, não são suficientes para fazer um bom governante.

Com um exemplo trivial, a diferença entre as duas morais fica mais clara: enquanto um cidadão comum não pode tirar a liberdade de outro homem, o governante, ao contrário, tem que prender o homem que não age conforme a lei. A moral política é uma espécie de moral coletiva. Nela, de acordo com Maquiavel, o interesse da comunidade está acima dos interesses individuais. Como interesse da comunidade,

⁴ LIMA, Márcio Penido Souza. *O Poder Constituinte em Maquiavel*. 2011. 151 f. Dissertação de mestrado. Departamento de Direito. PUC-Rio. Rio de Janeiro. 2011.

entendem-se o bem-estar do povo e a manutenção da segurança e da paz, o que só pode ser oferecido por um governo forte.⁵

O erro do senso comum é crer que Maquiavel defendia que o governante não deveria se portar de forma benevolente, altruísta, sincera e reta. Na visão do pensador político, ele poderia e até deveria agir dessa forma — porém não cegamente, não inflexivelmente. O governante que procedesse sempre conforme a moral privada fatalmente não conseguiria conservar o poder nem garantir a segurança do território e do povo. Não seria, afinal, um bom governante. Isso ocorre, segundo Maquiavel, porque a natureza humana não é bondosa, ainda que a moral privada pregue o contrário. O pensador entendia que as pessoas são naturalmente más — interesseiras, egoístas e volúveis — e que sempre haverá algum homem determinado a derrubar o governante para tomar-lhe o lugar e que sempre haverá um povo, a depender da contingência, disposto a apoiar o golpe. No governo, por consequência, atitudes contrárias à moral privada em certos casos tornam-se obrigatórias, especialmente quando o que está em jogo são o poder e o Estado.

De um lado, [o príncipe] deverá ser piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso. E sê-lo realmente. E, de outro lado, quando precisar não ser mais piedoso, ter o ânimo, o poder e o saber para ser o oposto. E deve-se entender o seguinte: que um príncipe [...] não pode observar tudo aquilo que faz os homens ser tidos como bons, sendo muitas vezes obrigado, para conservar o poder, a agir contra a fé, a caridade, a humanidade e a religião. E é preciso que tenha ânimo disposto a girar ao sabor dos ventos do destino e das variações das coisas que o impelem e [...] que não se afaste do bem se puder, mas saiba entrar no mal se necessário.⁶

Em 1559, *O Príncipe* foi incluído no *Index Librorum Prohibitorum*, a lista de livros proibidos pela Igreja Católica. Ao defender que o governante deveria ser guiado por um tipo especial de moral, Maquiavel acabou desafiando a ética cristã que prevalecia na Europa durante a Idade Média. Era como se ele estivesse questionando um dogma religioso. Para ele, eram o excesso de moral cristã e a falta da moral do poder que tiravam dos líderes das repúblicas e dos principados italianos a força necessária para resistir às agressões externas. Foi nesse momento que ele ganhou a alcunha de “pensador maldito”.⁷

Na avaliação de Maquiavel, nem todo homem tem a capacidade de ser um bom governante. Para tal, ele precisa contar com uma série de qualidades específicas

⁵ LIMA, op. cit.

⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*: com notas de Napoleão Bonaparte. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. 6. ed. pp. 128-129.

⁷ LIMA, op. cit.

(*virtù*). Figuram entre elas, por um lado, a liderança, a autoridade, a ambição, a ousadia, a dissimulação e a agressividade e, por outro lado, a capacidade de observação, a prudência, a previdência, a flexibilidade e a diplomacia. Do conceito de *virtù*, depreende-se que cada característica deve ser usada em maior ou menor grau conforme a exigência da situação. Em certos momentos, por exemplo, o governante deve ser mais prudente. Em outros, precisa ser mais ousado.

Segundo Maquiavel, a vida dos Estados e das pessoas é governada em parte pela *virtù* e em parte pela *fortuna* (sorte, acaso). Esta última são os acontecimentos imprevistos da vida. O bom governante precisa contar com ambas. Às vezes, é apenas a *fortuna* o que falta para que um homem dotado da mais completa *virtù* finalmente se torne príncipe. Uma vez no poder, a *virtù* dá ao governante a capacidade de agir de modo a manter-se no poder.

Para chegar aos que pela própria habilidade, e não por sorte, tornaram-se príncipes, digo que os melhores foram Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu e outros semelhantes. [...] Examinando-lhes as ações e a vida, não se percebe que tivessem recebido da sorte senão a oportunidade, a qual lhes pareceu conveniente. Sem essa oportunidade [*fortuna*], sua força de ânimo [*virtù*] se extinguiria. Sem essa força [*virtù*], a ocasião [*fortuna*] teria sido em vão.⁸

Quem se fia exclusivamente da *fortuna* costuma ser pego de surpresa pelas reviravoltas, porque ela pode mudar a qualquer momento. Sem *virtù*, o líder não sobrevive.

O fato de um particular tornar-se príncipe pressupõe habilidade ou sorte. Entretanto, quem tem tido menos sorte [e mais habilidade] se mantém por mais tempo.⁹

Para o pensador florentino, o bom líder é aquele que usa todos os recursos da *virtù* de modo a conseguir alterar a seu favor os rumos negativos da *fortuna* e aquele que, percebendo que esta última definitivamente não se permite modificar, usa a *virtù* para passar a agir conforme a nova realidade trazida pela *fortuna*. Para ilustrar a primeira situação, Maquiavel usa uma metáfora: “a sorte é mulher e é necessário, para dominá-la, bater-lhe e agredi-la”.¹⁰ Quanto à segunda situação, ele diz que é “feliz aquele que adapta seu modo de proceder às condições dos tempos” e é “infeliz aquele que com seu procedimento não se adapta aos tempos”.¹¹

⁸ MAQUIAVEL, *op. cit.*, pp. 47-48.

⁹ *Ibid.*, pp.47-48.

¹⁰ *Ibid.*, p. 183.

¹¹ *Ibid.*, p. 179.

Nicolau Maquiavel escreveu *O Príncipe* utilizando dois tipos de matéria-prima: o estudo aprofundado da história e a observação atenta da política de seu tempo. Em relação à história, ele entendia que os grandes governantes do passado deveriam servir de modelo para os líderes do presente que também desejassem ser grandes. O livro está repleto de narrativas sobre os triunfos de personagens da envergadura de Moisés, Ciro, Rômulo e Alexandre Magno. Ele observou não apenas as estratégias de personalidades políticas, mas também as de comandantes militares. A política, para Maquiavel, deveria ser encarada como uma guerra.

Quanto à observação da política da época, Nicolau Maquiavel se valeu de sua privilegiada posição de funcionário público da República de Florença para analisar como agiam os governantes de então. Em missões da chancelaria florentina no exterior, ele conheceu ícones como César Bórgia, o temido filho do papa Alexandre VI, e Fernando de Aragão, o rei espanhol católico. Os personagens políticos bem-sucedidos daquele momento, no entender de Maquiavel, também deveriam ser considerados modelos.

De acordo com Maquiavel, não faz sentido que um homem busque aprender sozinho a governar, uma vez que outros homens já trilharam o mesmo caminho com sucesso e, portanto, têm muito a ensinar. O autodidatismo implica incontáveis tentativas e erros antes dos acertos. O líder que deixa de recorrer à história faz como o indivíduo que não aprende com a própria experiência e insiste em repetir os velhos erros.¹² *O Príncipe* considera igualmente valiosa a história dos comandantes que fracassaram. Com eles, aquele que deseja ser um bom governante aprende o que não deve fazer.

Maquiavel espalhou por seu livro uma série de mandamentos bastante diretos e práticos — o que fazer e o que não fazer — a serem seguidos pelo governante que deseja conquistar o poder, manter-se no poder e aumentar o poder. *O Príncipe* é, antes de tudo, um manual do poder. Os seis parágrafos a seguir trazem, condensadas, as principais instruções apresentadas por Maquiavel no livro de 1513.

O homem que deseja conquistar uma região deve desorganizar a ordem vigente no local e dividir o inimigo, de modo a facilitar a conquista. O povo deve crer que a troca de líder lhe será benéfica, pois isso o fará pegar em armas em favor da mudança. Uma vez no poder, o novo líder deve extinguir o sangue do príncipe derrubado, de modo que o povo não pense em reconduzi-lo ao poder. No entanto, o novo governante precisa ser bastante cauteloso ao introduzir novas leis, porque os homens que se beneficiarão

¹² FORNAZIERI, Aldo. *Maquiavel e o Bom Governo*. 2006. Tese de doutorado. São Paulo. Universidade de São Paulo (USP), p. 26.

delas se tornarão tímidos aliados, mas aqueles prejudicados se transformarão em grandes inimigos.

O governante deve sempre ter o povo como aliado, porque, nos momentos de turbulência, a população não aceitará que conspirações o derrubem. O líder, portanto, deve buscar ser amado. As medidas benéficas precisam ser anunciadas pouco a pouco, para que o povo esteja constantemente satisfeito com o governante. As iniciativas impopulares, ao contrário, devem ser tomadas de uma só tacada, para que o povo se sinta ofendido uma única vez. Além disso, as medidas ruins devem ser comunicadas ao povo por terceiros, e o próprio governante deve ser o portador das boas notícias. Outra forma de manter a fidelidade é criar benefícios que tornem o povo dependente do governante.

O líder também deve ser temido pelo povo. Como é difícil ser amado e temido ao mesmo tempo, é preferível ser temido, já que as pessoas tendem mais a trair o líder que amam do que o líder que temem — a amizade é mantida por vínculo de obrigação e pode ser rompida a qualquer momento; o temor, ao contrário, não desaparece caso o receio do castigo seja constante. As ameaças só devem ser feitas se puderem ser cumpridas. Quem ameaça e depois não age perde a autoridade e deixa de ser temido. O mesmo raciocínio vale para a intensidade das punições, que devem ser sempre severas e exemplares. Se os castigos leves permitem que o castigado pense em vingança, isso não ocorre com os castigos pesados. Entretanto, o governante não pode permitir que o temor se transforme em ódio ou desprezo, porque isso lhe retira o respaldo popular e abre caminho para as conspirações. Importante também é não descontentar os poderosos.

O líder deve conhecer os bons e os maus governantes do passado, de modo a seguir os passos dos primeiros e evitar as estratégias dos segundos. O governante precisa cercar-se de conselheiros sábios e saber ouvi-los — embora não seguir os conselhos de forma cega. Ele deve rechaçar os adutores, pois costumam dizer apenas o que o governante deseja ouvir, e não o que ele precisa ouvir. A adulação dificulta a tomada de decisões acertadas. Recomenda-se que a escolha dos ministros seja cuidadosa, sendo chamados aqueles que pensem mais no governo do que em si próprios. Ele precisa evitar voltar atrás nas decisões, para que não pareça irresoluto e fraco.

O governante deve estar sempre preparado para entrar em guerra e enfrentar um adversário disposto a derrubá-lo, ainda que a paz pareça não estar ameaçada. Assim, quando a guerra estourar, o líder não será pego desprevenido. Havendo motivos para a guerra, ele não deve tentar adiá-la, mas sim fazer o primeiro disparo, porque leva vantagem aquele que age de forma ofensiva, e não defensiva. Diante de uma guerra

externa, a melhor decisão é tomar partido. A neutralidade é maléfica. O vencedor não quer amigos suspeitos, que não o ajudam na adversidade. O mesmo pensa o perdedor. O governante é respeitado quando se apresenta como verdadeiro amigo e verdadeiro inimigo, sem dubiedades.

O líder deve sempre manter a palavra dada. Entretanto, não deve hesitar em descumpri-la se isso for necessário para a sua manutenção no poder. O governante também precisa agir conforme a lei. Da mesma maneira, ele deve ignorar a lei e usar outros métodos, inclusive a força, se sua posição de comando estiver em risco. O bom governante deve ter como fim manter-se no poder, não importando quais meios empregue para tal. O famigerado lema “os fins justificam os meios” aparece em *O Príncipe* da seguinte forma:

Nas ações de todos os homens, principalmente nas dos príncipes, onde não existe tribunal ao qual recorrer, importa o fim. Trate, pois, o príncipe de vencer e conservar o poder. Os meios serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo sempre se deixa levar pela aparência e pelo resultado das coisas. E no mundo só existe o vulgo, e a minoria não tem lugar quando a maioria tem onde se apoiar.¹³

Maquiavel não previa que *O Príncipe* ganharia o mundo, sobreviveria aos séculos e se transformaria em referência acadêmica. Ele escreveu o pequeno livro como um presente para Lourenço II de Médici, o soberano da República de Florença. Naquele momento, a Itália estava pulverizada em principados e repúblicas débeis, que corriam o risco de ser conquistados pelos grandes impérios europeus. Com o livro, Maquiavel quis dar a munição necessária para que Lourenço II de Médici conduzisse a reunificação da Itália. O pensador florentino não tinha sonho maior do que ver renascido o Império Romano de outrora.

Nicolau Maquiavel viveu num período de dupla transição, na virada do século 15 para o século 16. Primeiro, esse foi o período do Renascimento, momento em que o mundo passou da Idade Média para a Idade Moderna. A Europa deixava a fragmentação e a dispersão do feudalismo e abraçava os poderosos Estados nacionais.¹⁴ Ao mesmo tempo, o mundo do poder deixava de ser visto pela ótica filosófica e começava a ser encarado como ciência, ainda que de forma rudimentar. Neste segundo aspecto, o pioneiro foi justamente Maquiavel.

¹³ MAQUIAVEL, *op. cit.*, pp. 129-139.

¹⁴ FORNAZIERI, *op. cit.*, p. 9.

Antes de Maquiavel, a política era considerada uma arte e compreendida por meio da filosofia. Buscava-se a política ideal. Aristóteles, por exemplo, defendia que o homem era um animal feito para viver em sociedade. Apenas na cidade-Estado (*polis*) o homem poderia ter uma vida digna. Assim, era imprescindível que a *polis* fosse regida por um homem disposto a agir a favor de todos.¹⁵ Platão seguiu uma linha assemelhada. Na visão dele, o poder político deveria ser dado aos filósofos, pois só eles teriam a habilidade intelectual e o conhecimento da ética e da moralidade para garantir uma vida digna ao povo.¹⁶ O bom governante, tanto para Aristóteles quanto para Platão, não poderia reger-se por seus interesses particulares.

Com Nicolau Maquiavel, as visões nascidas na Antiguidade Clássica mudaram. Sofreram uma verdadeira ruptura. Em vez de se verem os homens como eles deveriam ser, os homens passaram a ser vistos como são. No lugar de se imaginar a política ideal, passou-se a enxergar a política real. O idealismo cedeu espaço para o realismo. Essa nova concepção serviu de fundamento para toda a ciência política moderna. O próprio Maquiavel saiu em defesa dela:

Porque eu sei que muitos já escreveram sobre isso, duvido que, escrevendo também eu, não me considerem presunçoso afastando-me [...] das opiniões alheias. Sendo, porém, minha intenção escrever algo útil para quem o entenda, pareceu-me mais conveniente ir direto à verdade real da coisa do que usar a imaginação. Muitos imaginaram repúblicas e principados que jamais foram vistos ou conhecidos como verdadeiros. É tão distante o modo como se vive do modo como se deveria viver que quem deixa que se faça o que se deveria fazer contribui mais à ruína do que à sua preservação. O homem que deseja fazer em toda parte profissão de bondade arruína-se em meio a tantos que não são bons.¹⁷

O Príncipe foi o livro de cabeceira de vários mandatários ao longo dos últimos cinco séculos. Entre eles, Catarina de Médici, Henrique VIII, Oliver Cromwell, Cristina da Suécia e Benito Mussolini. Napoleão Bonaparte o releu incontáveis vezes e deixou comentários anotados ao lado das recomendações do pensador florentino.

Para evitar interpretações equivocadas e juízos de valor, a ciência política não utiliza o adjetivo “maquiavélico”. Para se referirem ao pensamento de Nicolau Maquiavel, os cientistas políticos atualmente recorrem ao termo “maquiaveliano”.

¹⁵ KELLY, Paul *et al.* *O Livro da Política*. Tradução Rafael Longo. 1. ed. São Paulo: Globo, 2013, pp 40-43.

¹⁶ *Ibid*, pp. 36-39.

¹⁷ MAQUIAVEL, *op. cit.*, pp. 110-111.

2.2. Brasília: Dilma e Cunha

Em março de 2015, o governo do estado do Rio de Janeiro recebeu a presidente da República, Dilma Rousseff, e o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, numa das festas do 450º aniversário da cidade do Rio. Os dois dividiram o mesmo palco, mas decidiram ignorar o protocolo: não se cumprimentaram. Com o vice-governador, ao contrário, Dilma trocou abraços. Quando o governador discursou e citou Cunha entre as autoridades presentes, a presidente da República limitou-se a bater três palmas. Dilma, ao ler seu discurso, também apontou a presença do presidente da Câmara. Cunha, em resposta, esboçou um sorriso e inclinou levemente a cabeça.¹⁸

Dilma Rousseff e Eduardo Cunha atravessaram os primeiros meses de 2015 como protagonistas das manchetes dos jornais. A leitura das reportagens desse período permite enxergar na relação entre os dois o conflito maquiaveliano pelo poder. Em tais circunstâncias, ganha certa relevância até mesmo um evento político trivial, como a solenidade no Rio, que em outro momento teria um peso pequeno no noticiário. A animosidade vista na festa deu um caráter quase palpável à percepção de que Dilma Rousseff e Eduardo Cunha estavam posicionados em campos opostos da arena política.

Em termos político-eleitorais, Dilma contava com um currículo sucinto em 2015, ainda que substancial. Suas duas únicas disputas haviam sido as eleições presidenciais de 2010 e 2014, nas quais se saiu vitoriosa. Cunha tinha mais experiência nessa área. Ele havia disputado uma eleição para deputado estadual e quatro para deputado federal, além da vitoriosa campanha para a presidência da Câmara dos Deputados em 2015.

A mineira Dilma Rousseff se envolve na política em Porto Alegre durante a adolescência, quando milita em grupos de esquerda que tentam derrubar a ditadura militar (1964-1985). Ela chega a ser presa e torturada. Mais tarde, forma-se em economia. Aproxima-se de Leonel Brizola e ajuda a fundar o PDT no Rio Grande do Sul. É assessora da bancada do partido na Assembleia Legislativa gaúcha, secretária municipal da Fazenda de Porto Alegre e diretora-geral da Câmara Municipal da capital. Participa da malfadada campanha de Brizola para a Presidência em 1989. Depois, torna-se secretária estadual de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul.

18 BRISOLLA, Fabio. Dilma e Cunha se tratam com frieza em celebração dos 450 anos do Rio. *Folha de S.Paulo*. 1º mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1596711-dilma-e-cunha-se-tratam-com-frieza-em-celebracao-dos-450-anos-do-rio.shtml>>. Acesso em: 19 ago. 2015

Em 2000, troca o PDT pelo PT. No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff é escolhida ministra de Minas e Energia e, após a queda de José Dirceu, assume o posto de ministra-chefe da Casa Civil da Presidência. No segundo mandato, Lula apadrinha a ministra como sua candidata à sucessão presidencial. Sem jamais ter concorrido a um cargo político eletivo, Dilma vence em 2010, no segundo turno, com 56,05% dos votos válidos, e se torna a primeira mulher a ocupar a Presidência da República. Quatro anos mais tarde, ela se reelege, também no segundo turno, com 51,64% dos votos.

O fluminense Eduardo Cunha também é economista. Seu primeiro partido é o PRN, o mesmo pelo qual Fernando Collor de Mello se elegeria presidente da República. A entrada no partido se dá por convite de Paulo César Farias, o tesoureiro nacional da campanha de Collor. Cunha é o tesoureiro do comitê do candidato no Rio de Janeiro. Atribui-se a Eduardo Cunha a descoberta da irregularidade no registro de Silvio Santos (PMB) que o tiraria na disputa presidencial. No governo Collor, Cunha preside a Telerj, a empresa estatal fluminense de telefonia. Mais tarde, transfere-se para o PPB. No governo de Anthony Garotinho no Rio de Janeiro, é subsecretário de Habitação e depois presidente da Cehab, a estatal dedicada às políticas públicas de habitação. Acaba sendo afastado do cargo por causa de denúncias de irregularidades, das quais seria depois inocentado.

Em 1998, Eduardo Cunha se candidata a deputado estadual, mas obtém apenas a suplência. Com a saída do titular, assume o posto em 2001. No ano seguinte, graças ao apoio de Garotinho e à popularidade conseguida com seu programa diário na rádio evangélica Melodia FM, é eleito deputado federal. A partir de então, vence todas as disputas pela reeleição. Em Brasília, torna-se um dos parlamentares mais aguerridos da bancada evangélica, combatendo a liberação do aborto, a legalização da maconha e o casamento entre pessoas do mesmo sexo. A troca do PP (sucessor do PPB) pelo PMDB ocorre em 2003. Ocupa a liderança do PMDB na Câmara em 2013 e 2014. No ano seguinte, é eleito presidente da Câmara dos Deputados.

O conflito instalado em Brasília em novembro de 2014 é muito claro, de acordo com as reportagens publicadas: Dilma busca enfraquecer Cunha, e Cunha busca enfraquecer Dilma. Neste ponto da presente pesquisa, a descrição do embate é simplificada, de modo a facilitar-lhe a compreensão. Detalhes surgirão mais adiante.

Os atritos começaram no primeiro mandato presidencial, quando Cunha, como líder do PMDB, partido integrante da coalizão do governo, liderou rebeliões da

base aliada na Câmara dos Deputados, convocando ministros em série para prestar esclarecimentos à casa legislativa e impondo derrotas a Dilma em votações importantes.¹⁹ Dadas as dificuldades pretéritas, a presidente buscou impedir que Cunha se elegeisse presidente da Câmara. Fracassada a tentativa, Cunha defendeu a versão de que ela depois tratou de derrubá-lo do cargo por meio de intervenções na Lava-Jato, a investigação de desvios de dinheiro na Petrobras, de modo a incriminar o deputado e, assim, tirá-lo do comando da casa legislativa.²⁰

Por sua vez, Cunha não perdoou as ações do governo para impedir-lhe a vitória no pleito interno da Câmara. Eleito, ele radicalizou. Como presidente da casa legislativa, procurou enfraquecer Dilma desfigurando os projetos de lei enviados pelo governo e aprovando propostas que prejudicariam os planos de ajuste fiscal da presidente e a popularidade dela. Outra estratégia foi levar para seu lado até mesmo deputados integrantes da base aliada do governo. Por fim, a última carta que Cunha manteve guardada na manga, pelo menos até a conclusão da presente pesquisa, em agosto, foram os pedidos de impeachment de Dilma apresentados à Câmara, que para serem votados precisavam tão somente da liberação do deputado.

2.3. Dilma e Cunha sob a ótica de Maquiavel

A seguir, o que se apresenta é uma espécie de filme da política federal entre novembro de 2014 e agosto de 2015. Nele, veem-se os movimentos que Dilma Rousseff e Eduardo Cunha fizeram no tabuleiro do xadrez político. Ao mesmo tempo, esses passos são contrastados com 20 comportamentos que Nicolau Maquiavel prescreveu em *O Príncipe*.

Os mandamentos maquiavelianos não aparecem numerados no livro de 1513. Os números que se veem nas páginas seguintes são um artifício adotado na presente pesquisa com o intuito de facilitar as remissões.

2.3.1. Dilma se elege presidente da República

A campanha presidencial de 2014 foi particularmente acirrada. No primeiro turno, Dilma Rousseff e Marina Silva (PSB) chegaram a aparecer empatadas nas

¹⁹ FALCÃO, Márcio; BRAGON, Ranier; SADI, Andréia. Rivais na Câmara tentam apagar estigmas. *Folha de S.Paulo*. 25 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/205470-rivais-na-camara-tentam-apagar-estigmas.shtml>>. Acesso em: 22 de ago. 2015.

²⁰ ÁLVARES, Débora; BRAGON, Ranier. Peemedebista acusa governo de estimular ações contra ele. *Folha de S.Paulo*. 21 de ago. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/230244-peemedebista-acusa-governo-de-estimular-acusacoes-contras-ele.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

pesquisas de opinião em mais de uma ocasião. No segundo turno, as sondagens mostraram a Dilma e Aécio Neves (PSDB) empatados o tempo todo.

Diante desse cenário, a presidente se viu obrigada a ser contundente nos ataques aos oponentes. Ela acusou Marina Silva de pretender governar com o auxílio de banqueiros, em prejuízo da população, numa referência à educadora Neca Setubal, herdeira do banco Itaú, que coordenou o programa de governo de Marina: “Eu não tenho banqueiro me apoiando. Eu não tenho banqueiro me sustentando”.²¹ A presidente afirmou que Aécio Neves provocaria o aumento da inflação e dos juros: “Vocês [do PSDB] sempre plantaram inflação para colher juros”. Aécio, ela advertiu, deixaria o Brasil arruinado: “Eu não vou combater a inflação com os métodos do senhor [Aécio], que são desempregar, arrochar o salário e não investir”.²²

Quanto às promessas, a presidente também foi bastante assertiva. Ela garantiu que os preços da energia elétrica e da gasolina não sofreriam uma disparada no segundo mandato: “Um compromisso que eu assumo com vocês: não vai haver tarifaço”. As áreas sociais, prometeu, não perderiam dinheiro: “Medidas impopulares podem significar cortes na educação, na saúde e em programas sociais, exatamente o contrário do que o Brasil precisa”. Ela deu destaque ao ensino público: “A educação é e será, cada vez mais, a nossa prioridade”. De acordo com a presidente candidata, os direitos dos trabalhadores eram intocáveis: “Eu não mudo direitos na legislação trabalhista. Lei de férias, 13º, fundo de garantia, hora extra, isso eu não mudo nem que a vaca tussa”.²³

Conquistada a reeleição no final de outubro, as primeiras medidas anunciadas pelo governo Dilma mostraram que as promessas haviam sido, na realidade, puramente eleitorais: reajuste da gasolina e das contas de luz, fim de incentivos tributários dados a bens de consumo como carros, aumento da taxa básica de juros e de uma série de impostos e endurecimento das exigências feitas às pessoas que solicitam abono salarial, seguro-desemprego, auxílio-doença, seguro-defeso e pensão por morte.

Além disso, Dilma Rousseff decidiu convidar justamente um banqueiro para conduzir o Ministério da Fazenda no segundo mandato, o presidente do Bradesco, Luiz

²¹ RODRIGUES, Fernando *et al.* Dilma diz que Marina quer governar com banqueiros. *Folha de S.Paulo*. 10 set. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/184945-dilma-diz-que-marina-quer-governar-com-banqueiros.shtml>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

²² DALTRO, Ana Luiza. As promessas e a realidade. *Veja*. 21 jan. 2015. São Paulo, p. 36.

²³ *Ibid.*

Carlos Trabuco. Ele, porém, não aceitou.²⁴ O escolhido acabou sendo Joaquim Levy, também oriundo do setor bancário — ele era diretor-superintendente do Bradesco.

A educação, reafirmada por Dilma no discurso inaugural como a grande preocupação do segundo mandato, foi confiada a Cid Gomes. A indicação deixou dúvidas no meio educacional se de fato o ensino público teria prioridade. Em 2008, à frente do governo do Ceará, Cid se juntara a outros governadores para apresentar ao Supremo Tribunal Federal (STF) um ação judicial contra a lei que criou um piso salarial para os professores da rede pública de todo o país. Em 2011, o governador cearense reagira a uma greve de professores da rede estadual afirmando: “Quem entra em atividade pública deve entrar por amor, não por dinheiro”.²⁵

Em janeiro, Dilma editou um decreto bloqueando gastos administrativos dos ministérios. O Ministério da Educação, em valores absolutos, foi o mais prejudicado. Em fevereiro, veio a público a notícia que o governo não pagava desde outubro as 500 escolas privadas conveniadas ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Em março, o Ministério da Educação anunciou que passaria a limitar a quantidade de benefícios do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Em junho, soube-se que o Brasil vinha atrasando o pagamento de mensalidades e taxas às universidades dos Estados Unidos que recebiam estudantes brasileiros por meio do programa Ciência sem Fronteiras.

Essa sequência de medidas levou a oposição a acusar Dilma de “estelionato eleitoral”. Aécio Neves criticou: “Compromissos de campanha devem ser compromissos de governo. Se não for assim, as campanhas serão transformadas em concursos para ver quem mente mais e melhor. É antiético prometer uma coisa e fazer algo totalmente diferente depois de eleito”.²⁶

[MANDAMENTO 1] Todos compreendem como é louvável que o príncipe mantenha a palavra dada [...]. [No entanto,] não pode [...] o príncipe prudente, nem deve, cumprir a palavra dada quando esse cumprimento o prejudique ou quando desaparecem os motivos que o fizeram prometer. Se os homens fossem todos bons, este preceito seria mau. Porém, como são maus e não o observariam em relação a ti, tu não o deves observar em relação a eles. Jamais faltaram motivos legítimos ao príncipe para dissimular a inobservância da promessa. [...] [O papa] Alexandre VI jamais fez outra coisa, nem cogitou, senão enganar os homens e sempre encontrou meios para poder fazê-lo. Jamais

²⁴ CRUZ, Valdo *et al.* Presidente do Bradesco recusa convite de Dilma para a Fazenda. *Folha de S.Paulo*. 21 nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/196561-presidente-do-bradesco-recusa-convite-de-dilma-para-a-fazenda.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

²⁵ FRANCO, Bernardo Mello. Pátria educadora. *Folha de S.Paulo*. 6 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/202886-patria-educadora.shtml>>. Acesso 30 ago. 2015.

²⁶ DALTRO, Ana Luiza. As promessas e a realidade. *Veja*. São Paulo, 21 jan. 2015, p. 36.

houve homem que tivesse maior segurança em afirmar e que afirmasse com juramentos mais solenes aquilo que depois não cumpriria. Não obstante, suas tramas sempre saíam como desejava, porque conhecia muito bem essa faceta do mundo.²⁷

A candidata à reeleição seguiu a máxima de Maquiavel que diz a palavra não deve ser cumprida caso isso coloque o poder em risco. Dilma Rousseff já sabia de antemão que seria obrigada a tomar uma série de medidas impopulares²⁸, mas concluiu que, para ter sucesso eleitoral, não poderia revelá-las durante a campanha e, mais do que isso, teria que convencer o eleitorado de que adotaria medidas diametralmente opostas. Maquiavel diz que o governante precisa ser “um grande simulador e dissimulador” para ter sucesso.²⁹ Dilma demonstrou ter esse atributo maquiaveliano, pois fez promessas tendo a consciência de que não eram exequíveis. Na avaliação do pensador florentino, os homens comuns são ingênuos e não enxergam longe, ao contrário do líder: “Aquele que engana encontrará sempre quem se deixe enganar”.³⁰

Quando afirmou que o comportamento da presidente foi “antiético”, Aécio a avaliou pelos critérios da moral privada, e não da moral do poder. De acordo com Nicolau Maquiavel, o governante que confundir essas duas morais e guiar-se exclusivamente pela bondade estará fadado ao fracasso.

Eduardo Cunha pavimentou seu caminho para a presidência da Câmara dos Deputados contando, em boa medida, com a reputação de ser cumpridor da palavra dada. No entender de Maquiavel, isso é “louvável”.³¹ O deputado agiu assim quando foi líder do PMDB e, como se verá adiante, também na condição de comandante da casa.

As impopulares medidas destinadas a buscar o ajuste das contas do governo foram todas apresentadas pela equipe econômica da Presidência da República. Dilma Rousseff em momento nenhum foi a portadora das más notícias. Ao fazer os anúncios, os porta-vozes sempre foram cuidadosos com o vocabulário, de modo a tentar suavizar o choque das notícias. Na solenidade de sua posse, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, preveniu que os ajustes teriam “impactos restritivos no curto prazo”.³² O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, foi na mesma linha: “Possíveis ajustes em alguns

²⁷ MAQUIAVEL, *op. cit.*, pp. 125-128.

²⁸ SOUZA, Leonardo. Revisão de regras trabalhistas foi planejada antes da eleição. *Folha de S.Paulo*. 26 jan. 2015. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/205556-revisao-de-regras-trabalhistas-foi-planejada-antes-da-eleicao.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

²⁹ *Ibid.*

³⁰ *Ibid.*

³¹ *Ibid.*

³² FERNANDES, Sofia; CRUZ, Valdo. Mínimo terá alta real até 2019, diz ministro. *Folha de S.Paulo*. 3 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/202583-minimo-tera-alta-real-ate-2019-diz-ministro.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

tributos serão também considerados”.³³ Mais tarde, coube a Levy tornar públicos quais eram os tributos que seriam reajustados.³⁴

[MANDAMENTO 2] Os príncipes devem entregar aos outros as tarefas mais ingratas, as penas, mas a eles próprios deverão caber as missões de conceder benefícios.³⁵

Dilma Rousseff adotou a recomendação de Nicolau Maquiavel e terceirizou o anúncio das medidas impopulares. Ela tentou, dessa forma, preservar a própria imagem. Ela esperava que a população não a identificasse, ao menos no primeiro momento, como a origem das más notícias. Aécio Neves percebeu a estratégia e buscou jogá-la contra a presidente: “As medidas de ajuste estão sendo anunciadas pela equipe econômica, e não pela presidente, que deveria ter a responsabilidade de fazê-lo. Tem-se a impressão de que ela não está muito convicta das propostas e que, a qualquer momento, pode desautorizá-las”.³⁶

Do Palácio do Planalto, não saíram medidas populares de impacto no fim do primeiro mandato e no início do segundo. Mas Dilma aparentava saber que, caso houvesse, ela própria teria de ser a mensageira. Em janeiro de 2013, a presidente até convocou rede nacional de rádio e televisão para anunciar aos brasileiros que a conta de energia ficaria mais barata. Em dezembro de 2014, diferentemente, o aumento na conta de luz foi discretamente divulgado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

2.3.2. Cunha se elege presidente da Câmara

Antes mesmo das eleições de 5 de outubro de 2014, o líder do PMDB na Câmara, deputado Eduardo Cunha, dava como certa a sua reeleição e já se articulava para angariar apoio à sua candidatura à presidência da casa legislativa. Com o objetivo de viabilizar seu nome, ele costurou a criação de um “bloco” formado pelo PMDB e por agremiações relativamente pequenas.³⁷ Durante o primeiro governo de Dilma, havia vigorado um acordo entre o PT e o PMDB por meio do qual os dois maiores partidos do Congresso Nacional se comprometiam a revezar-se na presidência da Câmara dos

³³ FERNANDES, Sofia *et al.* Levy indica que impostos devem subir. *Folha de S.Paulo*. 6 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/202908-levy-indica-que-impostos-devem-subir.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

³⁴ FERNANDES, Sofia; CRUZ, Valdo. Governo prevê R\$ 21 bi com alta de tributos. *Folha de S.Paulo*. 20 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/204762-governo-preve-r-21-bi-com-alta-de-tributos.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

³⁵ MAQUIAVEL, *op. cit.*, p. 136.

³⁶ SAKATE, Marcelo. O país foi enganado. *Veja*. 31 jan. 2015, p. 41.

³⁷ VIANNA, Luiz Fernando. Notas do subterrâneo. *Folha de S.Paulo*. 29 set. 2014. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/188062-notas-do-subterraneo.shtml>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

Deputados.³⁸ Naquele momento, quem governava a casa legislativa era o deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). Antes deles, havia sido o deputado Marco Maia (PT-RS). O mandato é de dois anos.

Com a Câmara dos Deputados sob esses dois comandos, o presidencialismo de coalizão funcionou conforme o previsto. Em razão da associação entre PT e PMDB no Poder Executivo, o que garantiu aos peemedebistas um grande espaço nos ministérios e na máquina pública, os projetos de lei de interesse do governo foram aprovados sem maiores dificuldades pelo Poder Legislativo, com os votos decisivos dos parlamentares do PMDB e dos demais partidos aliados — embora tenham ocorrido problemas pontuais em 2014, causados pelo PMDB de Eduardo Cunha.

Entretanto, muitos deputados federais estavam cansados de terem seus votos comandados pelo governo do PT, de se verem como meros chanceladores dos projetos do Palácio do Planalto. Dilma era mais criticada do que seus antecessores. Explica o deputado federal próximo de Eduardo Cunha entrevistado para a presente pesquisa: “O Executivo sempre vê o Legislativo com algum preconceito, mas no caso da Dilma a situação é ainda pior. Sarney, Collor, Itamar, Fernando Henrique e Lula haviam sido deputados ou senadores e tinham alguma sensibilidade no trato com o Legislativo. Dilma não. Basta ver que ela nem sequer recebe deputados. Os ministros acabam seguindo o exemplo dela e também não nos recebem”.

Havia, ainda, a queixa de que o governo descumpria as promessas de liberar cargos e verbas.³⁹ No meio da entrevista para a presente pesquisa, o deputado federal aliado de Cunha pediu licença para atender o celular. Era um senador de seu estado. O deputado disse: “Até hoje não liberaram os restos a pagar de 2013. Será que o governo vai dar mais esse calote na gente?”.

[MANDAMENTO 3] Os homens mudam, de boa vontade, de senhor acreditando melhorar. E essa crença os faz tomar armas contra o atual.⁴⁰

Um dos grandes chamarizes do “blocão” foi a promessa feita por Eduardo Cunha de que ele, eleito presidente, tornaria a Câmara autônoma em relação ao Palácio do Planalto. O retrospecto de rebeldia como líder do PMDB deu aos deputados a certeza

³⁸ SADI, Andréia. Cunha reúne “blocão” para tentar isolar PT na Câmara. *Folha de S.Paulo*. 3 nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/193792-cunha-reune-blocao-para-tentar-isolar-pt-na-camara.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

³⁹ FALCÃO, Márcio; BRAGON, Ranier. Rivais na Câmara tentam apagar estigmas. *Folha de S.Paulo*. 25 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/205470-rivais-na-camara-tentam-apagar-estigmas.shtml>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

⁴⁰ MAQUIAVEL, *op. cit.*, p. 25.

de que eles, sob Cunha, poderiam exercer o mandato com autodeterminação e altivez. “A própria presidente [Dilma] fortaleceu a candidatura de Eduardo ao fazer dele um inimigo. Todos os insatisfeitos com o governo votam nele”, analisou o deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP).⁴¹

Eduardo Cunha acatou a recomendação maquiaveliana que prevê que o aspirante ao poder deve identificar as insatisfações do povo em relação ao governante e saber capitalizá-las. Os deputados entenderam que seria difícil surgir outro candidato ao comando da Câmara que fosse capaz de garantir a autonomia diante do Palácio do Planalto. Um deputado explicou a Arlindo Chinaglia (PT-SP), o candidato do governo à presidência da casa, por que votaria no postulante do PMDB: “Arlindo, você é uma árvore que não dá sombra”.⁴²

Em resumo: com Eduardo Cunha, os deputados estariam livres da alegada ingerência do PT e de seu governo. Com qualquer outro presidente, a incômoda situação dos parlamentares se manteria tal qual nos anos anteriores. O próprio candidato peemedebista afirmou: “Estou bem na disputa da Câmara porque os deputados querem alguém que os entenda, e não um presidente submisso às vontades do governo”.⁴³ E acrescentou: “Prometo uma presidência independente, ativa e forte. Que a gente possa fazer a vontade do Parlamento. Chega de baixar a cabeça para o governo”.⁴⁴

Uma série de outras promessas ajudou a conquistar os colegas. Cunha disse que, à frente da Mesa Diretora, escolheria um deputado para dirigir a Secretaria de Comunicação Social, que cuida da televisão, da rádio, do site e do jornal da Câmara. A direção costuma ficar a cargo de jornalistas. A promessa era, havendo um deputado no posto, aumentar a divulgação dos trabalhos dos parlamentares, noticiando a atuação deles não apenas na casa legislativa, mas também nos estados, em seus redutos eleitorais.⁴⁵

⁴¹ FRIEDLANDER, David; SEABRA, Catia. Malvado Favorito. *Folha de S.Paulo*. 23 nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/196903-malvado-favorito.shtml>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

⁴² Magalhães, VERA. No sol. *Folha de S.Paulo*. 31 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206297-painel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁴³ FRIEDLANDER, David; SEABRA, Catia. Malvado Favorito. *Folha de S.Paulo*. 23 nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/196903-malvado-favorito.shtml>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

⁴⁴ SADI, Andréia. PMDB não tem operador em esquema na Petrobras. *Folha de S.Paulo*. 29 dez. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/202050-pmdb-nao-tem-operador-em-esquema-na-petrobras.shtml>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

⁴⁵ MAGALHÃES, Vera. Regulação da mídia. *Folha de S.Paulo*. 24 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/205291-painel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

A lista de promessas incluiu ainda equiparar o salário dos deputados ao dos ministros do Supremo Tribunal Federal⁴⁶, liberar o pagamento de passagens aéreas para as mulheres dos deputados (ou os maridos das deputadas) e elevar as verbas de gabinete, a remuneração de assessores e o auxílio-moradia pago aos parlamentares que não ocupam apartamentos funcionais, além de erguer três novos prédios no terreno da Câmara.⁴⁷ No primeiro, seriam construídos gabinetes mais espaçosos para os parlamentares. No segundo, um plenário alternativo, com 700 assentos para os 513 deputados. No terceiro, uma espécie de shopping, com restaurantes, lanchonetes, lojas e bancos.

Eduardo Cunha tem estreita relação com o empresariado.⁴⁸ Em 2014, segundo a prestação de contas feita à Justiça Eleitoral, sua campanha arrecadou R\$ 3,7 milhões. Em 2002, como comparação, haviam sido R\$ 291 mil. “Até sobrou dinheiro na minha campanha. Na maioria das vezes, são as empresas que me procuram. Até porque tenho a mesma visão delas”, disse ele.⁴⁹ Havia, naturalmente, uma contrapartida. Cunha admitiu defender o interesse das empresas no Congresso “quando há afinidade nas propostas”.⁵⁰

Essa estreita relação foi um dos grandes trunfos do político fluminense na disputa pela presidência da Câmara. Para atrair apoiadores, ele convenceu grandes empresas a doar dinheiro para as campanhas de dezenas de candidatos menos conhecidos. O diretor de uma dessas companhias disse ter recebido de Cunha um pedido de doação a cerca de 25 candidaturas à Câmara em 2014. “Ele ajuda todo mundo”, afirmou o deputado federal Gastão Vieira (PMDB-MA).⁵¹

[MANDAMENTO 4] Um príncipe sábio deve pensar no modo pelo qual, sempre e em todas as circunstâncias, os cidadãos tenham necessidade do Estado e dele, sendo-lhe então sempre fiéis.⁵²

Ao garantir o sucesso de determinadas candidaturas por meio da intermediação de doações financeiras, Cunha guiou-se pela orientação de que é preciso criar nos cidadãos um sentimento de dependência em relação ao governante. Adaptando-

⁴⁶ MAGALHÃES, Vera. Mantra. *Folha de S.Paulo*. 27 nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/197436-painel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁴⁷ FRANCO, Bernardo Mello. O dia do Cunha. *Folha de S.Paulo*. 26 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/209637-o-dia-do-cunha.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁴⁸ FRIEDLANDER, David; SEABRA, Catia. Malvado Favorito. *Folha de S.Paulo*. 23 nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/196903-malvado-favorito.shtml>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

⁴⁹ *Ibid.*

⁵⁰ *Ibid.*

⁵¹ *Ibid.*

⁵² MAQUIAVEL, *op. cit.*, p. 80.

se o mandamento 4 à eleição interna da Câmara, os cidadãos mencionados por Nicolau Maquiavel são os deputados federais.

O PT havia chegado ao Palácio do Planalto, em 2003, valendo-se do mandamento 3 e depois se manteve no comando do país usando o mandamento 4. Luiz Inácio Lula da Silva se elegeu com a promessa de erradicar a miséria do país, entre outros benefícios. Em seu governo, foi criado o programa assistencial Bolsa Família, que concedia um pagamento mensal a milhões de famílias de baixa renda. As seguintes vitórias eleitorais de Lula, em 2006, e de Dilma, em 2010 e 2014, deram-se sob o insistente argumento de que as conquistas sociais que o Brasil obtivera durante o governo do PT se perderiam caso qualquer adversário vencesse. Em mais de uma ocasião, em 2014, os candidatos Aécio Neves e Marina Silva tiveram que prometer publicamente que não extinguiriam o Bolsa Família.

A campanha de Eduardo Cunha recorreu a mais estratégias. O deputado percorreu o país de norte a sul entre novembro e janeiro. Nem mesmo os candidatos à Presidência da República haviam conseguido fazer campanha em todos os estados. Até os estados que contam apenas com o piso de oito deputados federais, como Rondônia, foram incluídos no roteiro. Para isso, Cunha usou um jatinho alugado pelo PMDB.⁵³ A maratona de reuniões o levou a jantar até três vezes numa mesma noite. “Vou ficar é gordo”, ele brincou.⁵⁴

Os encontros não foram apenas com os deputados federais. No périplo pelo país, Eduardo Cunha foi recebido também por prefeitos e governadores, tanto do PMDB quanto de outros partidos. Aos chefes municipais e estaduais do Poder Executivo, Cunha prometeu apoiar projetos de lei que mudariam o chamado pacto federativo. Sendo essas propostas aprovadas, as receitas públicas, que naquele momento eram direcionadas majoritariamente para os cofres da União, ganhariam novas regras de partilha e passariam a beneficiar mais os cofres dos municípios e dos estados.⁵⁵ Em troca, os prefeitos e os governadores teriam que convencer as bancadas de seus estados a votar em Cunha.

Na semana anterior à eleição, no fim de janeiro, Eduardo Cunha se dedicou a telefonar para o máximo possível de deputados, de modo a conquistar-lhes os votos. O foco foram os novatos, aqueles que debutavam na Câmara. Dois dias antes da votação, ele

⁵³ MAGALHÃES, Vera. Solitário. *Folha de S.Paulo*. 26 dez. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/201718-painel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁵⁴ MAGALHÃES, Vera. Medida certa. *Folha de S.Paulo*. 22 nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/196699-painel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁵⁵ FREITAS, Janio de. Novo senhor. *Folha de S.Paulo*. 19 fev. 2015. Acesso em: 22 ago. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/208784-novo-senhor.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

providenciou uma recepção no hotel contratado pela casa legislativa para hospedar os quase 200 deputados de primeiro mandato, que ainda não tinham residência em Brasília. Cunha alugou o bar do hotel. A recepção incluiu bolos, doces, salgados e bebidas, além de cartazes e uma telão com imagens do deputado. Naquela mesma noite, Cunha organizou um jantar para o qual foram convidados deputados de quase todos os partidos, à exceção do PT, do PCdoB, do PSB e do PSOL.⁵⁶ Na véspera do pleito, por fim, o candidato do PMDB espalhou pelas entradas e pelos corredores da Câmara cabos eleitorais que vestiam camiseta com o nome dele.

Como dito anteriormente, Eduardo Cunha começou a articular votos para sua candidatura à presidência da Câmara antes mesmo de 5 de outubro, o domingo em que os eleitores fluminenses lhe deram o quarto mandato consecutivo de deputado federal. Embora o PMDB fosse o principal aliado do PT na coalizão presidencial, o governo de Dilma Rousseff não queria que Eduardo Cunha comandasse a Câmara. Os petistas, entretanto, demoraram muito para agir. Não fizeram nenhum movimento nesse sentido durante o segundo turno da disputa presidencial, quando ainda não sabiam se Dilma conseguiria se reeleger.

Somente depois que a vitória de Dilma Rousseff foi confirmada, em 26 de outubro, o governo começou a buscar um candidato para enfrentar Eduardo Cunha na disputa pelo comando da Câmara. Vários parlamentares foram sondados⁵⁷, como Marco Maia (PT-RS) e José Guimarães (PT-CE). “O problema é achar quem tope [enfrentar Cunha]”, justificou um assessor da presidente Dilma Rousseff.⁵⁸

O governo e o PT bateram o martelo e decidiram que o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) seria seu nome na sucessão da Câmara em 10 de dezembro. Só então começaram a costurar o apoio dos partidos da base aliada ao nome escolhido. A candidatura de Chinaglia foi finalmente oficializada em 17 de dezembro — quase dois meses depois do segundo turno e a menos de dois meses da votação, marcada para 1º de fevereiro.

[MANDAMENTO 5] Os romanos fizeram [...] o que todos os príncipes sábios devem fazer: os quais não somente têm de resguardar-se das desordens

⁵⁶ MAGALHÃES, Vera. Boca livre. *Folha de S.Paulo*. 30 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206106-painel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁵⁷ MAGALHÃES, Vera. Sem clima. *Folha de S.Paulo*. 28 de nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/197588-painel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁵⁸ SADI, Andréia. Cunha reúne “bloco” para tentar isolar PT na Câmara. *Folha de S.Paulo*. 3 nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/193792-cunha-reune-blocao-para-tentar-isolar-pt-na-camara.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

presentes, mas das futuras, que devem ser evitadas com toda habilidade. [...] E disso se conclui, como dizem os médicos sobre a tuberculose, que no princípio do mal é fácil curá-lo e difícil reconhecê-lo, porém com o passar do tempo, não tendo sido reconhecido nem medicado, torna-se fácil reconhecê-lo e difícil curá-lo. Assim acontece com as coisas do Estado, porque, conhecendo-se os males com antecedência (o que não é dado senão aos prudentes), rapidamente são curados. Mas quando, por não terem sido reconhecidos, permite-se que cresçam a ponto de todos os conhecerem, não mais terão cura.⁵⁹

Eduardo Cunha não se descuidou dessa orientação maquiaveliana. Ao contrário, Dilma Rousseff deixou que a candidatura do deputado se agigantasse para só depois disso se posicionar. Conforme a mesma metáfora utilizada por Maquiavel, é como se o médico tivesse diagnosticado a tuberculose precocemente, porém, por displicente, tivesse dado início ao tratamento tardiamente. A falha permitiu que Cunha corresse sozinho, sem adversário, por um bom tempo e, assim, desenvolvesse melhor suas promessas eleitorais e negociasse mais profundamente seus acordos políticos.

O temor do Palácio do Planalto de que Eduardo Cunha fosse alçado à presidência da Câmara dos Deputados era justificável. Essa não é uma função de mera coordenação administrativa. O comandante da câmara baixa tem voz ativa nas decisões do Poder Legislativo e, portanto, influência sobre as ações do governo e o cenário político do país.⁶⁰

As proposições de autoria do governo sempre começam a tramitar na Câmara, e é ela que dá a palavra final caso sejam modificadas pelo Senado. O presidente da Câmara pode negar tramitação a qualquer proposição, inclusive do governo, caso a considere inconstitucional, injurídica ou antirregimental. As propostas de emenda à Constituição (PECs) são decididas integralmente pela Câmara e pelo Senado, sem necessidade da sanção da Presidência da República.

Cabe ao presidente da Câmara escolher quais proposições legislativas serão levadas ao plenário para votação, podendo ele manter parados os textos que não lhe convêm e acelerar a análise daqueles que lhe interessam. A exceção são as proposições que ganham regime de urgência — as PECs não estão sujeitas a urgência. O presidente escolhe as comissões pelas quais um projeto de lei passará e determina inclusive a sequência delas — o que é relevante, dado que é o parecer da última comissão que o plenário analisará. Ele também determina se uma proposição será submetida a uma

⁵⁹ MAQUIAVEL, *op. cit.*, pp. 31-32.

⁶⁰ VIEIRA, Fernando Sabóia. *Poderes e Atribuições do Presidente da Câmara dos Deputados no Processo Decisório Legislativo*. 96 f. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro e Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados. 2009.

comissão especial, no lugar das comissões permanentes — sendo também o presidente da Câmara que escolhe o relator na comissão especial, o que lhe permite ter relativo controle sobre eventuais mudanças no conteúdo dessas proposições.

O pedido de criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) precisa passar pelo presidente da Câmara, que tem a prerrogativa de rejeitá-lo caso entenda que o requerimento não aponta um “fato determinado” a ser investigado. A denúncia de crime de responsabilidade contra o presidente da República, que pode levar ao impeachment, deve ser apresentada ao presidente da Câmara dos Deputados, a quem compete levá-la, quando lhe parecer bem fundamentada, a uma comissão especial e depois ao plenário. Os deputados, então, decidem se autorizam ou não o Senado a julgar o presidente da República.⁶¹

Saindo vitorioso da disputa pelo comando da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha passaria a contar com todos esses poderes. E muitos outros.

A menor obediência dos deputados federais do PMDB às diretrizes do Palácio do Planalto desde 1989 foi verificada em 2014, com o partido sob a liderança de Cunha. Nesse ano, só 54% dos votos atenderam à orientação do líder do governo na Câmara.⁶² O passado de líder rebelde do PMDB em 2013 e 2014 estava bem claro para o governo. Logo após a reeleição, questionada por jornalistas sobre a movimentação do deputado, Dilma Rousseff respondeu apenas: “Estamos convivendo há muito tempo com ele”.⁶³ Em tom de brincadeira, assessores da presidente da República o apelidaram de “meu malvado favorito”, em referência a um desenho animado que fazia sucesso na época.⁶⁴

[MANDAMENTO 6] Quanto ao futuro, [César Bórgia, filho do papa Alexandre VI] temia em primeiro lugar que um novo sucessor na Igreja não fosse seu amigo e procurasse tirar-lhe o que Alexandre lhe havia dado. [...] Se não pudesse eleger papa quem ele queria, ao menos que não fosse eleito quem ele não queria. [...] Aquele [que deseja ser um príncipe de sucesso] não pode encontrar exemplos melhores do que as ações do duque [César Bórgia]. Somente se pode acusá-lo pela eleição do pontífice Júlio, escolha má, pois, como foi dito, não podendo eleger um papa a quem queria, poderia ter evitado

⁶¹ CASTRO, Gabriel. Entenda como funciona um processo de *impeachment*. *Veja.com*. 12 mar. 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/os-seis-passos-de-um-processo-de-impeachment/>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

⁶² MAGALHÃES, Vera. Questão... *Folha de S.Paulo*. 27 dez. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/201782-painel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁶³ GIELOW, Igor; NERY, Natuza. “Eu não represento o PT”, diz presidente. *Folha de S.Paulo*. 7 nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/194433-eu-nao-represento-o-pt-diz-presidente.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁶⁴ FRIEDLANDER, David; SEABRA, Catia. Malvado Favorito. *Folha de S.Paulo*. 23 nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/196903-malvado-favorito.shtml>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

que fosse eleito papa aquele que não queria [...], o que foi causa de sua completa ruína.⁶⁵

Se já havia criado dificuldades para o governo estando apenas na liderança de um partido aliado, Eduardo Cunha passaria a ter muito mais força para prejudicar estando na presidência da Câmara. “É na aprovação de projetos [no Legislativo] que os presidentes da República entendem os limites do seu poder”, afirmou o secretário-geral da Mesa Diretora da Câmara, Mozart Vianna.⁶⁶

Assim, seguindo o conselho de Maquiavel a essa respeito, a equipe de Dilma Rousseff concluiu que qualquer resultado na eleição interna dos deputados seria positivo desde que não fosse a vitória de Eduardo Cunha. Por isso, dedicou-se com todas as forças a impedi-la.

Já com o petista Arlindo Chinaglia na disputa, a grande estratégia do governo foi prometer cargos comissionados na administração pública, para que os deputados os preenchessem com seus apadrinhados. Em troca, ele teriam de votar em Chinaglia.⁶⁷ Da mesma forma, os parlamentares que já tinham apadrinhados na máquina federal foram pressionados a apoiar o candidato.⁶⁸

Dilma encarregou os ministros Aloizio Mercadante, da Casa Civil, e Pepe Vargas, das Relações Institucionais, de buscar os parlamentares. Vargas chegou a usar um jato da Força Aérea Brasileira (FAB) para viajar a Curitiba, onde negociou com o deputado eleito Ricardo Barros (PP-PR) e discutiu com o presidente da Itaipu Binacional, Jorge Samek, a disponibilidade de cargos na usina hidrelétrica.⁶⁹ Estatais, bancos públicos, autarquias e superintendências ficaram com vários cargos de segundo e terceiro escalões vagos à espera da votação na Câmara.⁷⁰

Eduardo Cunha criticou a interferência do Executivo no processo interno do Legislativo: “Houve ameaça de demissão de aliados nos estados, promessa de cargos e de

⁶⁵ MAQUIAVEL, *op. cit.*, pp. 60-65.

⁶⁶ BOTELHO, Thaís. A mão que balançava o berço. *Veja*. 18 mar. 2015, p. 30.

⁶⁷ MAGALHÃES, Vera. Alô. *Folha de S.Paulo*. 17 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/204317-painel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁶⁸ SEABRA, Catia; BOGHOSSIAN, Bruno; GAMA, Paulo. PT mapeia cargos para pressionar deputados. *Folha de S.Paulo*. 30 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206112-pt-mapeia-cargos-para-pressionar-deputados.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁶⁹ SADI, Andréia; BRAGON, Ranier. Ministro usa viagem oficial para pedir apoio ao PT. *Folha de S.Paulo*. 29 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206027-ministro-usa-viagem-oficial-para-pedir-apoio-ao-pt.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁷⁰ FRANCO, Bernardo Mello. O maior perdedor. *Folha de S.Paulo*. 21 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/204822-o-maior-perdedor.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

liberação de emendas para os novos deputados e pressão sobre ministros para que exigissem de seus partidos a adesão à candidatura do PT”.⁷¹

Ao PMDB, o governo prometeu novos ministérios na formação do gabinete do segundo mandato.⁷² A ideia era que a direção nacional do partido conseguisse emplacar outro candidato no lugar de Cunha.

Numa tentativa de rachar o partido, o governo sondou o senador peemedebista Jarbas Vasconcelos (PE), recém-eleito deputado, para ser o candidato governista. A inspiração era o que ocorria no Senado naquele momento: o comando da câmara alta era disputado pelos correligionários Renan Calheiros (PMDB-AL) e Luiz Henrique (PMDB-SC). Na Câmara, Jarbas Vasconcelos recusou o convite.

No início de janeiro, um policial federal e um doleiro presos na Operação Lava-Jato citaram Cunha como beneficiário dos desvios de dinheiro da Petrobras. O deputado reagiu acusando o governo de forjar acusações com o objetivo de tirá-lo da disputa: “É lamentável que oponentes usem desse expediente baixo tentando me desqualificar. Se a pólvora da bomba deles é dessa qualidade, será tiro de festim na água”.⁷³

No fim do mês, o candidato do PMDB convocou a imprensa para mostrar a gravação de uma conversa telefônica em que um suposto policial federal dizia ao interlocutor que iria “jogar merda no ventilador” caso Cunha o abandonasse. O deputado disse ter obtido o áudio de um policial federal, e o agente teria lhe informado que a conversa era uma simulação gravada a mando da cúpula da Polícia Federal. Para Eduardo Cunha, essa teria sido mais uma ação tomada pelo governo com o intuito de prejudicar sua candidatura.⁷⁴

À medida que o dia da eleição se aproximava, mais o governo ganhava a certeza de que Eduardo Cunha sairia vitorioso. As promessas de cargos e emendas não

⁷¹ PEREIRA, Daniel. A base de apoio conflagrada. *Veja*. 11 fev. 2015, pp. 11-13.

⁷² FALCÃO, Márcio; HAUBERT, Mariana. Líder do PMDB diz que sua candidatura é irreversível. *Folha de S.Paulo*. 13 nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/195331-lider-do-pmdb-diz-que-sua-candidatura-e-irreversivel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁷³ SADI, Andréia *et al.* Cunha diz que rivais tentam tirá-lo de disputa na Câmara. *Folha de S.Paulo*. 8 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/203159-cunha-diz-que-rivais-tentam-tira-lo-de-disputa-na-camara.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁷⁴ FALCÃO, Márcio; BRAGON, Ranier. Cunha diz ter sido alertado de que PF forjou áudio contra ele. *Folha de S.Paulo*. 21 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/204856-cunha-diz-ter-sido-alertado-de-que-pf-forjou-audio-contra-ele.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

convenceram os parlamentares porque, segundo um peemedebista, o governo Dilma, ao contrário de Cunha, não tinha tradição de pagar o que prometia aos deputados.⁷⁵

A última estratégia do Palácio do Planalto, às vésperas da eleição, foi propor um acordo ao adversário: o PT retiraria sua candidatura e passaria a apoiar Eduardo Cunha; em troca, ele se comprometeria a dar aos petistas um lugar na Mesa Diretora da Câmara e apoiar a candidatura do PT à presidência da Câmara dois anos mais tarde.⁷⁶ Cunha rechaçou a proposta.

Assim, no dia 1º de fevereiro, os deputados foram às urnas. Nem sequer houve segundo turno. Eduardo Cunha foi eleito na primeira votação, com 267 votos. O governista Arlindo Chinaglia ficou em segundo lugar, com 136 votos. Logo depois, apareceram Júlio Delgado (PSB-MG), com 100 votos, e Chico Alencar (PSOL-RJ), com 8 votos.⁷⁷ A última vez que o governo fora derrotado na disputa pela presidência da Câmara havia sido em 2005, com a vitória de Severino Cavalcanti (PP-PE).

Imediatamente após a vitória de Eduardo Cunha, tanto o vice-presidente da República, Michel Temer, quanto o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sugeriram a Dilma Rousseff que procurasse se aproximar do novo presidente da Câmara e tentasse fazê-lo esquecer os entraves ocorridos na campanha eleitoral.⁷⁸ À mandatária, Lula argumentou: “A gente faz acordo com quem a gente não gosta. Com quem a gente gosta, não precisa de acordo”.⁷⁹

[MANDAMENTO 7] Não deveria [César Bórgia] jamais consentir no papado dos cardeais que ele tivesse prejudicado ou quem eleito papa tivesse medo dele. Porque os homens prejudicam por medo ou por ódio. Entre aqueles que ele tinha prejudicado estavam o cardeal de São Pedro ad Vincula, Colonna, San Giorgio e Ascânio. Todos os demais, se fossem eleitos, teriam de temê-lo, exceto o de Ruão e os espanhóis [...]. Portanto, o duque, antes de mais nada, deveria trabalhar para eleger um papa espanhol. Não o conseguindo, deveria consentir que fosse o de Ruão, e não o de São Pedro ad Vincula. Engana-se quem crê que, nos grandes personagens, os benefícios novos fazem esquecer as

⁷⁵ JARDIM, Lauro. Sem tradição. Veja. 28 jan. 2015, p. 35

⁷⁶ SADI, Andréia; BRAGON, Ranier. PT e PMDB trocam acusações sobre proposta de rodízio. *Folha de S.Paulo*. 1º fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206476-pt-e-pmdb-trocam-acusacoes-sobre-proposta-de-rodizio.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁷⁷ SADI, Andréia *et al.* Câmara elege Cunha e impõe derrota histórica ao Planalto. *Folha de S.Paulo*. 2 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206572-camara-elege-cunha-e-impoe-derrota-historica-ao-planalto.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁷⁸ FALCÃO, Márcio; NERY, Natuza; HAUBERT, Mariana. Vice alerta Dilma do risco de perder maioria no Congresso. *Folha de S.Paulo*. 25 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/209532-vice-alerta-dilma-do-risco-de-perder-maioria-no-congresso.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁷⁹ SADI, Andréia. Lula orienta Dilma a buscar trégua com Eduardo Cunha. *Folha de S.Paulo*. 14 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/208234-lula-orienta-dilma-a-buscar-tregua-com-eduardo-cunha.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015

antigas ofensas. Errou, então, o duque [César Bórgia] nessa eleição [para papa], o que foi causa de sua completa ruína.⁸⁰

Após a eleição, o ministro Pepe Vargas fez uma declaração que mais pareceu pedido de desculpas: “Num jogo de futebol tem carrinho, tem puxão na camisa e até canelada. Mas termina o jogo e os amigos tomam uma cervejinha. É mais ou menos isso”.⁸¹ Comprovando a advertência maquiaveliana de que as ofensas não são esquecidas mesmo que depois se ofereçam benefícios novos como compensação, Eduardo Cunha respondeu com veemência à bandeira branca erguida pelo governo: “É do jogo político você expressar a sua opinião, mas a pressão do jeito que foi feita, de maneira grosseira e ameaçadora, deixará sequelas não só em mim como também nos parlamentares e partidos que sofreram coação”.⁸²

Foi uma mensagem clara: o Palácio do Planalto não teria vida fácil enquanto a Câmara dos Deputados estivesse sob a direção de Eduardo Cunha. Logo na primeira fala como presidente da casa legislativa, ele disse que sua prioridade seria votar a proposta do orçamento impositivo, que obrigaria o governo a liberar as verbas previstas nas emendas parlamentares — uma medida contrária aos interesses da Presidência da República, que deixaria de contar, nas negociações com o Congresso Nacional, com o poder de reter ou liberar o dinheiro das emendas.⁸³ Eduardo Cunha também se apressou em observar o mandamento 6. Após vários embates, durante a campanha eleitoral interna, com Henrique Fontana (PT-RS), que era o líder do governo, o novo presidente avisou que nem sequer dialogaria com o Palácio do Planalto enquanto Fontana continuasse no cargo. O governo acabou cedendo e, poucos dias depois, substituiu o líder.⁸⁴

A pressão “grosseira e ameaçadora” a que Cunha se referiu foi a promessa feita pelos ministros de que os deputados desobedientes da base aliada seriam punidos. Eles perderiam dinheiro de emendas parlamentares, perderiam cargos de segundo e terceiro escalões, perderiam até ministérios. As ameaças foram inócuas. Em razão de a votação ser secreta, a traição foi generalizada. Deputados dos governistas PP (que tinha o

⁸⁰ MAQUIAVEL, *op. cit.*, pp. 60-65.

⁸¹ BRAGON, Ranier; FALCÃO, Márcio. Apoio no Congresso será condição para obter cargos, diz Mercadante. *Folha de S.Paulo*. 3 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206721-apoio-no-congresso-sera-condicao-para-obter-cargos-diz-mercadante.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁸² PEREIRA, Daniel. A base de apoio conflagrada. *Veja*. 11 fev. 2015, pp. 11-13.

⁸³ SADI, Andréia *et al.* Câmara elege Cunha e impõe derrota histórica ao Planalto. *Folha de S.Paulo*. 2 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206572-camara-elege-cunha-e-impoe-derrota-historica-ao-planalto.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁸⁴ BRAGON, Ranier; FALCÃO, Márcio. A revanche de Cunha. *Folha de S.Paulo*. 12 abr. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/215679-a-revanche-de-cunha.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

Ministério da Integração Nacional), PRB (Ministério do Esporte), PR (Ministério dos Transportes), PSD (Ministério das Cidades e Secretaria de Micro e Pequenas Empresas), PDT (Ministério do Trabalho) e PTB (Ministério do Desenvolvimento) não votaram em Arlindo Chinaglia.⁸⁵ O PP e o PRB foram os que mais irritaram o governo, porque eles anunciaram apoio público à campanha de Eduardo Cunha.⁸⁶

[MANDAMENTO 8] Os homens devem ser mimados ou exterminados. Porque, se eles se vingam das ofensas leves, das graves não o podem. Assim, a ofensa a um homem deve ser tal que não se tema a vingança.⁸⁷

Apesar das ameaças, a presidente Dilma Rousseff não puniu nenhum dos traidores. Todos os partidos mantiveram o espaço que tinham no governo. Dilma argumentou que as punições acabariam aprofundando a crise entre o Palácio do Planalto e a Câmara dos Deputados.⁸⁸

Maquiavel, porém, não consideraria essa decisão acertada. De acordo com ele, o governante não deve fazer ameaças que não serão cumpridas nem aplicar punições leves demais. A clemência dá ao traidor a sensação de que a infidelidade vale a pena, uma vez que o ônus se mostra tão reduzido.

Eduardo Cunha não teria adotado o mesmo comportamento de Dilma. Afirma o deputado federal próximo de Cunha entrevistado para a seguinte pesquisa: “Se o Eduardo decide ajudar alguém, ele depois cobra fidelidade. Não tolera traição”. O chefe de gabinete também ouvido para este trabalho confirma: “Para ele, é assim que funciona: ‘ou você está comigo, ou você não está comigo’”.

(MANDAMENTO 9) Surge disso a seguinte discussão: é melhor ser amado do que temido ou vice-versa. Responder-se-á que é melhor ser ambas as coisas. Mas, como é difícil reuni-las ao mesmo tempo, é muito mais seguro ser temido do que amado [...]. Enquanto lhes fizeres benefícios, [os homens] estão todos de teu lado [...]. Quando, porém, a necessidade se avizinha, dirigem-se para outro lado. [...] E os homens têm menos respeito aos que se fazem amar do que aos que se fazem temidos, porque o amor é conservado por um vínculo de obrigação, o qual se rompe por serem os homens maldosos [...], ao passo que o temor é alimentado pelo medo do castigo que nunca se abandona. [...] O príncipe não deve importar-se com a fama de cruel para manter seus súditos

⁸⁵ BRAGON, Ranier; FALCÃO, Márcio. Apoio no Congresso será condição para obter cargos, diz Mercadante. *Folha de S.Paulo*. 3 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206721-apoio-no-congresso-sera-condicao-para-obter-cargos-diz-mercadante.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

FRANCO, Bernardo Mello. Os anéis e os dedos. 3 fev. 2015. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/206637-os-aneis-e-os-dedos.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁸⁶ MAGALHÃES, Vera. Ressaca. *Folha de S.Paulo*. 2 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206571-painel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁸⁷ MAQUIAVEL, *op. cit.*, pp. 28-29.

⁸⁸ MAGALHÃES, Vera. Clemência. *Folha de S.Paulo*. 3 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206719-painel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

unidos e confiantes, pois, com pouquíssimos exemplos, será mais piedoso do que aqueles que, por piedade demais, deixarem acontecer as desordens, das quais surgem morte e rapina. Estas prejudicam uma comunidade inteira, e as execuções ordenadas pelo príncipe prejudicam um só particular.⁸⁹

O mandamento acima é uma espécie de complemento do mandamento 8. Na concepção de Maquiavel, é desejável que o governante busque ser amado pelo povo. Entretanto, mais importante ainda é que seja temido. O temor se apresenta quando o povo se vê constantemente ameaçado pela possibilidade de um castigo. O amor, por sua vez, só se mantém enquanto o governante faz bem ao povo. Surgindo uma situação adversa, o povo trairá com mais facilidade o governante amado do que o governante temido.

Ainda de acordo com Maquiavel, o líder não deve ter medo de ser cruel, desde que isso seja necessário para a manutenção no poder. Quando ele recorre à crueldade para punir a traição, normalmente as vítimas são poucas. A crueldade contra essa minoria é justificável porque implica garantir o bem-estar da maioria, isto é, de todo o restante da população, que continuará vivendo numa comunidade pacificada e sem rupturas políticas.

Ao mesmo tempo que cumpria suas promessas de campanha, como se verá mais adiante, Eduardo Cunha impôs uma regra na Câmara que descontentou os parlamentares: aqueles que faltassem às sessões das segundas e das sextas-feiras sofreriam descontos no pagamento. As faltas passaram a ser abonadas apenas por motivo de saúde ou viagem oficial para o exterior. Podem-se enxergar duas motivações na medida: garantir quórum nas votações do plenário nos cinco dias úteis da semana e reafirmar a própria autoridade. Assim, ele não seria apenas amado pelos deputados, mas também temido. “Há servidores e até deputados que baixam a cabeça quando Eduardo Cunha passa. Ele, de fato, consegue impor respeito”, afirma o chefe de gabinete da Câmara entrevistado para a presente pesquisa.

Ao ignorar também o mandamento 9 de Maquiavel, Dilma Rousseff acabou prejudicando seu próprio governo. Negando-se a ser cruel com os traidores, a presidente deixou de ser temida pelos deputados federais da base governista. A falta de pulso foi praticamente um convite para novas defecções no futuro — situação que enfraqueceria Dilma Rousseff e fortaleceria Eduardo Cunha.

A traição, com efeito, se repetiria ao longo dos meses seguintes. O primeiro revés da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados sob o comando de Eduardo Cunha foi a criação de uma comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar o

⁸⁹ MAQUIAVEL, *op. cit.*, pp. 120-121; pp. 118-119.

esquema de desvio de dinheiro da Petrobras. Isso ocorreu na mesma semana em que Cunha se elegeu. O pedido de criação de uma CPI exige a assinatura de pelo menos 171 deputados, e o requerimento em questão obteve 182 assinaturas — tendo sido 52 delas deixadas por deputados de partidos governistas.⁹⁰

Uma CPI desse tipo, ainda mais numa casa legislativa comandada por um desafeto de Dilma, tem potencial para causar grandes danos ao governo. Os petistas chegaram a tentar incluir os anos do governo Fernando Henrique Cardoso na investigação da Petrobras, mas os peemedebistas conseguiram restringir o inquérito aos anos dos governos Lula e Dilma.⁹¹ A CPI de Petrobras que funcionara em 2014, quando Eduardo Cunha ainda não era presidente da Câmara, havia sido encerrada sem pedir o indiciamento de nenhum político.

Na votação de uma das medidas provisórias do ajuste fiscal, a que dificultaria o acesso a direitos trabalhistas, todos os 19 deputados do PDT presentes votaram contra a proposta do governo. Líderes governistas e assessores disseram que Dilma, em resposta, deveria destituir o representante do partido na Esplanada dos Ministérios — Manoel Dias, o ministro do Trabalho. Mais uma vez, a presidente preferiu não punir a deslealdade.⁹²

Até mesmo nomes do PT considerados fiéis votaram contra o governo. A flexibilização do fator previdenciário, como se verá mais adiante, era uma medida combatida por Dilma e foi aprovada na casa com o voto favorável do ex-presidente da Câmara Marco Maia (RS) e do ex-líder da bancada petista Vicentinho (SP).⁹³

2.3.3. Dilma e Cunha montam suas equipes

No final de 2014, a presidente Dilma Rousseff deu início à montagem da equipe ministerial de seu segundo mandato. O principal desafio foi contemplar na partilha os partidos da coalizão que lhe garantiram a vitória eleitoral. Dos 39 ministérios e secretarias com status ministerial, 14 couberam ao PT. Ao PMDB, seis.

⁹⁰ SADI, Andréia. Lula orienta Dilma a buscar trégua com Eduardo Cunha. *Folha de S.Paulo*. 14 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/208234-lula-orienta-dilma-a-buscar-tregua-com-eduardo-cunha.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁹¹ SADI, Andréia. Com manobra do PMDB, CPI deve focar apenas era petista. *Folha de S.Paulo*. 2 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/210201-com-manobra-do-pmdb-cpi-deve-focar-apenas-era-petista.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁹² BRAGON, Ranier; CRUZ, Valdo; BOGHOSSIAN, Bruno. Aliados defendem demissão de ministro de partido infiel. *Folha de S.Paulo*. 8 maio 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/218566-aliados-defendem-demissao-de-ministro-de-partido-infiel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁹³ BRAGON, Ranier; FERNANDES, Sofia. Traição ocorreu até entre líderes do PT. *Folha de S.Paulo*. 14 maio 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/219216-traicao-ocorreu-ate-entre-lideres-do-pt.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

Na maioria dos casos, o nome nem sequer foi escolhido pela presidente, mas pelo partido com direito a ministério. Os jornais se referiram àqueles poucos selecionados diretamente por ela como ministros da “cota pessoal” da presidente.⁹⁴

O PRB, por exemplo, selecionou o pastor evangélico e deputado federal George Hilton para comandar o Ministério do Esporte. Caberia ao ministro o desafio de coordenar as ações do governo federal nos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio. Ele, porém, admitiu não ter afinidade com os temas do ministério: “Posso não entender profundamente de esporte, mas entendo de gente”.⁹⁵ A escolha deixou o meio esportivo apreensivo.

A comunidade científica tampouco ficou à vontade com a escolha do ministro da Ciência e Tecnologia. O nomeado foi Aldo Rebelo. Dono de uma vasta experiência política, ele já havia sido ministro do Esporte e da Coordenação Política e presidente da Câmara dos Deputados. Mas sua relação com a ciência e a tecnologia não era muito próxima. Como deputado federal, apresentou um projeto de lei que proibia órgãos públicos de adotarem inovações tecnológicas que poupassem mão de obra. Ele também criticou os cientistas que alertavam para os riscos do aquecimento global. Para Aldo, trata-se de um fenômeno natural, sem influência humana, que é usado como desculpa para convencer os países pobres a reduzir seus níveis de consumo.⁹⁶

Durante a reforma ministerial, Dilma procurou se precaver. No primeiro mandato, vários ministros haviam caído por causa de escândalos de corrupção. Por isso, no segundo, antes de efetivar as nomeações, ela pediu ao Ministério Público Federal que averiguasse se os postulantes a ministro estavam sendo investigados pela Polícia Federal.⁹⁷ O objetivo era evitar a nomeação de políticos que corressem o risco de serem derrubados logo em seguida.

Mesmo assim, a presidente nomeou ministros que já tiveram problemas com a polícia ou a Justiça. George Hilton, do Esporte, havia sido detido pela polícia em 2005

⁹⁴ CRUZ, Valdo; GUERREIRO, Gabriela. Presidente definirá nesta semana cota pessoal de ministros. *Folha de S.Paulo*. 1º dez. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/198067-presidente-definira-nesta-semana-cota-pessoal-de-ministros.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁹⁵ MASCARENHAS, Gabriel. “Entendo de gente”, diz ministro do Esporte. *Folha de S.Paulo*. 3 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/202575-entendo-de-gente-diz-ministro-do-esporte.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁹⁶ TUFFANI, Maurício. Novo ministro da Ciência defendeu posições contrárias às da academia. *Folha de S.Paulo*. 25 dez. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/201575-novo-ministro-da-ciencia-defendeu-posicoes-contrarias-as-da-academia.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁹⁷ NERY, Natuza; HAUBERT, Mariana. Dilma defende Petrobras e diz que atual diretoria fica. 23 dez. 2014. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/201387-dilma-defende-petrobras-e-diz-que-atual-diretoria-fica.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

carregando R\$ 600 mil dentro de 11 malas e caixas no aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte.⁹⁸ Ele alegou que eram doações de fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus. Por causa do episódio, Hilton acabou sendo expulso do PFL.⁹⁹ Eliseu Padilha, da Aviação Civil, sofreu denúncias de corrupção quando foi ministro dos Transportes, no governo Fernando Henrique Cardoso.¹⁰⁰

Dilma ignorou as suspeitas antes de escolher o novo presidente Petrobras, em fevereiro, após a saída de Graça Foster, no auge dos escândalos revelados pela Operação Lava-Jato. Numa decisão solitária, que pegou até mesmo seus auxiliares mais próximos de surpresa, Dilma nomeou Aldemir Bendine, que chefiava o Banco do Brasil, para a presidência da estatal petrolífera.¹⁰¹ A presidente relevou o fato de que Bendine era investigado pelo Ministério Público Federal pela suspeita de ter concedido de forma irregular um financiamento subsidiado do Banco do Brasil à socialite Val Marchiori, sua amiga¹⁰².

[MANDAMENTO 10] Para o príncipe, não é coisa de somenos a escolha de seus ministros, que são bons ou não conforme a prudência daquele. E o primeiro juízo que se faz da mente de um príncipe é observar os homens que ele tem a seu lado. Quando eles são capazes e fiéis, podemos considerá-lo sábio, porque soube reconhecê-los suficientemente e mantê-los fiéis. Quando, porém, não forem assim, pode-se fazer mau juízo dele, pois o primeiro erro que comete é o dessa escolha. [...] Quando perceberes que um ministro pensa mais em si do que em ti e que em todas as suas ações busca proveito pessoal, esse não é um bom ministro e nunca poderás confiar nele. Quem tem o Estado em mãos não deve nunca pensar em si mesmo, mas sempre no príncipe.¹⁰³

Dilma Rousseff se descuidou dessa orientação maquiaveliana, o que lhe causou uma série de constrangimentos logo nas primeiras semanas do novo mandato. Ao deixar o comando do Ministério da Cultura, Marta Suplicy acusou Juca Ferreira, que a sucederia, de cometer “desmandos à frente da Cultura”. Kátia Abreu, da Agricultura, e Patrus Ananias, do Desenvolvimento Agrário, divergiram publicamente sobre a situação latifundiária do Brasil. Numa entrevista, a ministra disse que não existiam latifúndios no

⁹⁸ SADI, Andréia. Após promover PRB, governo cobra votos em petista. *Folha de S.Paulo*. 31 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206296-apos-promover-prb-governo-cobra-votos-em-petista.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁹⁹ VIANNA, Luiz Fernando. O ministério e seus dotes. *Folha de S.Paulo*. 29 dez. 2014, p. A2.

¹⁰⁰ CEOLIN, Adriano. Mandato novo, problemas velhos. *Veja*. 7 jan. 2015, pp. 37-43.

¹⁰¹ SADI, Andréia; NERY, Natuza. Dilma escolhe presidente do BB para chefiar Petrobras. *Folha de S.Paulo*. 7 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/207336-dilma-escolhe-presidente-do-bb-para-chefiar-petrobras.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹⁰² SOUZA, Leonardo. Empréstimo do BB para amiga de Bendine será investigado pela PF. *Folha de S.Paulo*. 7 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/207341-emprestimo-do-bb-para-amiga-de-bendine-sera-investigado-pela-pf.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹⁰³ MAQUIAVEL, *op. cit.*, pp. 166-168.

país, no que foi refutada pelo colega.¹⁰⁴ Num episódio parecido, Arthur Chioro, da Saúde, afirmou que estava discutindo com governadores a criação de um tributo nos moldes da extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e foi desautorizado por Joaquim Levy, da Fazenda: “Não há nenhuma discussão em jogo. Eu não estou cogitando”.¹⁰⁵

Como consequência de ter delegado aos partidos da coalizão a responsabilidade de indicar alguns dos nomes, a presidente não nomeou um gabinete composto de políticos verdadeiramente entrosados com os colegas nem com o próprio governo. Durante a escolha, aparentemente, cada partido viu apenas seus próprios interesses. A presidente, ao contrário, teria podido enxergar o governo como um todo ao decidir como montar a equipe ministerial.

O escolhido do PSD para o Ministério das Cidades, por exemplo, foi Gilberto Kassab. Dilma criaria um sério problema caso fosse necessário demiti-lo, ainda que ele fosse substituído por outro político do mesmo partido. Kassab era o presidente nacional do PSD. Havendo algum atrito mais forte com o ministro e dirigente partidário, a presidente da República poderia acabar perdendo o apoio da agremiação por completo.

A presidente pareceu ter se preocupado tanto com a formação da equipe econômica, encarregada de conduzir o ajuste das combalidas contas públicas, que acabou dedicando pouco empenho à composição do restante do ministério. Em certos casos, ela nomeou políticos que mais prejudicaram do que beneficiaram o governo.

Os ministros Pepe Vargas, das Relações Institucionais, e Aloizio Mercadante, da Casa Civil, foram os incumbidos de buscar o apoio dos deputados para a campanha de Arlindo Chinaglia para a presidência da Câmara. Não só falharam na missão como também acabaram aprofundando a animosidade que já existia entre a Presidência da República e o deputado Eduardo Cunha.

Durante todo o início do segundo mandato, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva insistiu que sua sucessora deveria tirar Mercadante e Pepe de seus postos. Dilma só aceitou uma parte da sugestão: tirou Pepe Vargas e manteve Aloizio Mercadante. A saída do primeiro, em abril, deu-se em meio a confusões. A presidente da República decidiu transferir as negociações políticas da Secretaria de Relações Institucionais para o

¹⁰⁴ BARROS, Mariana. Parece fim de governo. *Veja*. 14 jan. 2015, pp. 46-49.

¹⁰⁵ SEABRA, Catia; DIAS, Marina; PITOMBO, João Paulo. Ministros divergem sobre a volta da CPMF. *Folha de S.Paulo*. 13 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/222512-ministros-divergem-sobre-a-volta-da-cpmf.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

vice-presidente da República, Michel Temer. Pepe, em troca, seria transferido para outra secretaria com status ministerial.

A ida de Temer para a articulação política, no entanto, foi negociada sem o conhecimento de Pepe. Ele ficou sabendo pelos jornais que perderia o cargo. “De fato, fiquei sabendo pela imprensa. Liguei para a presidente e nos reunimos no dia seguinte.”

A segunda confusão veio no mesmo dia dessa reunião. O ministro convocou os jornalistas para anunciar a mudança de secretaria. “A presidente me convidou para ir para a Secretaria de Direitos Humanos. Vou acolher o pedido da presidente”, afirmou Pepe. No meio do anúncio, ele foi interrompido por um assessor que dizia que Dilma o aguardava ao telefone. Pepe deixou a entrevista e, após alguns minutos, voltou constrangido. Ele teve de se desmentir: “É importante dizer que a presidente não confirmou essa questão da Secretaria de Direitos Humanos”. Dilma Rousseff se irritou com a iniciativa de Pepe Vargas porque ela ainda não havia conseguido conversar com Ideli Salvatti, que era a titular da Secretaria de Direitos Humanos. A confirmação oficial só seria dada três horas depois daquela entrevista coletiva.¹⁰⁶

De todos os problemas que Dilma Rousseff enfrentou na Esplanada dos Ministérios no início de 2015, o mais grave foi protagonizado por Cid Gomes, o ministro da Educação. Num evento na Universidade Federal do Pará, em março, ele afirmou que “a Câmara será um problema grave para o Brasil” sob o comando de Eduardo Cunha: “Tem lá uns 400 deputados, 300 deputados que quanto pior melhor para eles. Eles querem é que o governo esteja frágil porque é a forma de eles achacarem mais, tomarem mais, tirarem mais dele, aprovarem as emendas impositivas”.¹⁰⁷

Cunha reagiu imediatamente: “Ele vai ter que vir aqui explicar quem são os achacadores do Congresso. Um governo que tem como lema ‘pátria educadora’ não pode ter um ministro da Educação mal-educado”.¹⁰⁸

Alguns dias depois, Cid Gomes se apresentou no plenário da Câmara e iniciou seu discurso buscando desculpar-se com os deputados, mas depois acabou voltando às mesmas críticas que fizera no Pará. Referindo-se ao PMDB, o partido de Cunha, atacou:

¹⁰⁶ HAUBERT, Mariana; CRUZ, Valdo. Ministro anuncia a própria nomeação sem aval de Dilma. *Folha de S.Paulo*. 9 abr. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/215228-ministro-anuncia-a-propria-nomeacao-sem-aval-de-dilma.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹⁰⁷ Ministro diz que Câmara tem “uns 400 achacadores”. *Folha de S.Paulo*. 5 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/210582-ministro-diz-que-camara-tem-uns-400-achacadores.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹⁰⁸ Ministro diz que Câmara tem “uns 400 achacadores”. *Folha de S.Paulo*. 5 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/210582-ministro-diz-que-camara-tem-uns-400-achacadores.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

“Partidos de situação têm o dever de ser situação. Ou então larguem o osso, saiam do governo e vão para a oposição. Tinha um partido que só tinha cinco ministérios. Criou dificuldades, criou empecilho, conquistou o sexto. Agora quer o sétimo. Vai querer o oitavo. Vai querer a Presidência”.

Criou-se um bate-boca entre o ministro e os deputados. Cid Gomes também atacou Eduardo Cunha, que presidia a sessão: “Prefiro ser acusado por ele de mal-educado a ser como ele, acusado de achaque”. Foi uma referência às suspeitas contra Cunha apuradas na Operação Lava-Jato. Em meio às discussões, o presidente da Câmara mandou que o microfone do ministro fosse desligado.¹⁰⁹

Poucos minutos depois de Cid Gomes deixar o plenário, o presidente da Câmara informou ter recebido do gabinete de Dilma a informação de que o ministro havia acabado de pedir demissão. O anúncio foi feito em primeira mão, antes mesmo do comunicado oficial do Palácio do Planalto. Foi uma clara vitória de Cunha. Se Cid Gomes não tivesse saído por decisão própria, Dilma teria se visto obrigada a demiti-lo.

O governo cedeu à pressão de Cunha porque, caso contrário, ele utilizaria seu poder como comandante da casa legislativa tanto para retaliar o Palácio do Planalto nas votações quanto para trabalhar para que o PMDB, já insatisfeito por causa da cota que lhe coubera na partilha ministerial e pelo fato de a presidente da República não ouvir o partido nas decisões do governo, abandonasse a coalizão presidencial.

Eduardo Cunha, ao contrário de Dilma Rousseff, pareceu ter sido mais cauteloso ao escolher os deputados que ocupariam os postos-chave da Câmara. Em todos eles, colocou nomes de sua inteira confiança. Dos dez cargos da Mesa Diretora abaixo dele (vice-presidências, secretarias e suplências), todos foram dados aos partidos que o haviam apoiado na eleição de 1º de fevereiro. Os governistas PRB, PSD, PTB, PP e PR, que traíram o Palácio do Planalto, foram contemplados. O PT, detentor da maior bancada da casa legislativa, não recebeu nenhum assento na Mesa Diretora.

A presidência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), tida como a mais importante das comissões permanentes, foi confiada ao deputado Arthur Lira (PP-AL), integrante da “tropa de choque” do presidente da Câmara, segundo os

¹⁰⁹ FOREQUE, Flávia *et al.* Pressão do PMDB obriga Dilma a demitir ministro. *Folha de S.Paulo*. 19 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/212413-pressao-do-pmdb-obriga-dilma-a-demitir-ministro.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

jornais.¹¹⁰ O comando da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) foi dado à deputada Soraya Santos (PMDB-RJ), correligionária e conterrânea de Cunha.

Quem respondeu pela condução da CPI da Petrobras foi o deputado Hugo Motta (PMDB-PB). A proximidade com o presidente da Câmara era tanta que o gabinete de Motta tinha um contrato de serviços de marketing político com Danielle Cunha, filha de Eduardo Cunha.¹¹¹

O presidente da Câmara entregou a seus aliados mais próximos também as comissões especiais, que analisam tanto as propostas de emenda à Constituição quanto os projetos de lei que teriam de passar por quatro ou mais comissões permanentes. A presidência da comissão especial que estudou o projeto de Estatuto da Família, uma das bandeiras da bancada evangélica, coube ao deputado Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ), que é evangélico. O comando da comissão especial que se encarregou da proposta de redução da maioria penal de 18 para 16 anos ficou com o deputado André Moura (PSC-SE), outro aliado.

Eduardo Cunha fez seu sucessor na liderança do PMDB — o deputado Leonardo Picciani (RJ) — e também emplacou nomes de confiança na relatoria de proposições importantes. O deputado Laerte Bessa (PR-DF) foi o relator da comissão especial da maioria penal. Numa entrevista a um repórter da *Folha de S.Paulo*, Bessa disse que estava agendando audiências públicas sobre o tema. O jornalista o alertou que Eduardo Cunha queria votar o relatório na semana seguinte. “No dia 10, é? Tenho que ver então o dia que ele vai querer”, respondeu o deputado, dirigindo-se para a presidência da Câmara. Minutos depois, ele saiu do gabinete dizendo que a data anunciada por Cunha era a correta e que não haveria mais audiência pública nenhuma.¹¹²

[MANDAMENTO 11] Se o conquistador estiver presente [no Estado conquistado], verá nascer as desordens e poderá remediá-las logo. Em caso contrário, só terá notícias delas quando não houver mais remédio. [...] Os ataques externos àquele Estado serão mais difíceis, de modo que, habitando-o, haverá muita dificuldade em perdê-lo. Outro remédio melhor é organizar colônias em um ou dois lugares, que sejam quase grilhões daquele Estado, pois

¹¹⁰ Câmara estuda impeachment a pedido de deputado da “tropa de choque” de Cunha. *Zero Hora*. 17 jul. 2015. Disponível em: <<http://m.zerohora.com.br/noticia/4803829/camara-endurece-contradilma-e-estuda-impeachment>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹¹¹ SADI, Andréia. Filha de Cunha investe em trabalho político com deputados de olho em 2016. *Folha de S.Paulo*. 1º jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/221190-filha-de-cunha-investe-em-trabalho-politico-com-deputados-de-olho-em-2016.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹¹² BRAGON, Ranier. Com controle de comissões, Cunha dita ritmo da Câmara. *Folha de S.Paulo*. 5 jul. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/225115-com-controle-de-comissoes-cunha-dita-ritmo-da-camara.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

é necessário fazer isso ou ter mais armas e infantaria. Nas colônias, não se gasta muito e sem grande despesa podem ser criadas e mantidas.¹¹³

A escolha de presidentes, relatores e líderes mostra que Eduardo Cunha observou essa orientação de Maquiavel. Contando com pessoas de sua confiança em postos estratégicos, ele conseguiria ter mais controle sobre os passos da Câmara e mais poder de influência sobre o conteúdo das proposições legislativas e o desfecho delas — a aprovação ou a rejeição.

Dilma Rousseff, por outro lado, não seguiu o mandamento. Na Câmara dos Deputados, ela não conseguiu organizar “colônias”, por causa da inabilidade de sua equipe de articulação política. Essa ausência, somada à imensa força de Eduardo Cunha na arena legislativa, acabaria mostrando-se bastante danosa para o governo. Na arena judiciária, por outro lado, pode-se dizer que a presidente da República buscou instalar “colônia”. Em abril, ela indicou para Luiz Edson Fachin para o posto de ministro do Supremo Tribunal Federal. Na disputa presidencial de 2010, Fachin havia se engajado na campanha de Dilma e publicamente pedido votos para a petista.¹¹⁴

Ainda em fevereiro, antes de completar um mês como presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha conseguiu que o plenário aprovasse um projeto de lei que dificultaria a criação de novos partidos e a fusão entre agremiações. De acordo com a proposição, as assinaturas necessárias para a criação de um partido teriam que ser de pessoas não filiadas a nenhuma sigla, e a fusão só poderia ocorrer se os partidos tivessem pelo menos cinco anos de existência.

Com a medida, Cunha já se antecipava à intenção não declarada do presidente e fundador do PSD, Gilberto Kassab, de recriar o Partido Liberal (PL). A ideia de Kassab era atrair o maior número de políticos de outros partidos para a nova agremiação. Isso não seria muito difícil, pois a legislação eleitoral previa a perda do mandato apenas dos deputados que migravam para partidos já existentes, mas não dos que se mudavam para partidos novos. Com um número considerável de políticos, o PL seria logo em seguida fundido ao PSD, tornando-o mais poderoso. O governo viu com bons olhos os movimentos do ministro. Cunha, porém, enxergou uma ameaça para o PMDB e

¹¹³ MAQUIAVEL, *op. cit.*, pp. 27-28.

¹¹⁴ VALENTE, Rubens; MAISONNAVE, Fabiano. Escolhido fez campanha para petista em 2010. *Folha de S.Paulo*. 15 abr. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/216002-escolhido-fez-campanha-para-petista-em-2010.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

argumentou: “É absolutamente incoerente o governo defender a reforma política e estimular a criação de partidos fictícios”.¹¹⁵

[MANDAMENTO 12] Não creio que divisões [dentro de uma cidade] trouxessem quaisquer benefícios [para essa cidade]. É necessário, quando o inimigo se aproxima, que as cidades divididas se percam logo, porque a parte mais fraca se aliará às forças externas e a outra não poderá resistir.¹¹⁶

Segundo Maquiavel, é mais fácil conquistar o inimigo quando ele está dividido. Divisões internas geram enfraquecimento. Tanto o governo quanto o presidente da Câmara sabiam disso. Para o primeiro, o novo partido seria benéfico. Para o segundo, não. De um lado, o PMDB e os partidos de oposição acabariam perdendo parlamentares para o PL. De outro lado, a posterior incorporação do PL transformaria o PSD num novo aliado de peso para o governo, com mais parlamentares do que o PMDB, reduzindo assim a dependência do Palácio do Planalto em relação ao partido de Cunha no Congresso Nacional.

Kassab foi rápido. Na véspera de a lei ser sancionada pela presidente Dilma Rousseff, em março, ele apresentou à Justiça Eleitoral o pedido de criação do PL, livrando-se assim das novas exigências. Contrariado, Eduardo Cunha acusou o governo de adiar a sanção apenas para dar ao presidente do PSD o tempo necessário para providenciar os papéis exigidos pela Justiça Eleitoral.¹¹⁷

2.3.4. Dilma e Cunha lutam pelo controle da agenda legislativa

A reforma política foi um tema bastante caro para Eduardo Cunha, como mostrou seu empenho na aprovação do projeto sobre criação e fusão de partidos. Outra prioridade nesse tema foi a adoção do sistema de eleição de deputados federais conhecido como distritão. A presidência da comissão especial da reforma política ficou com o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) e a relatoria, com o deputado Marcelo Castro (PMDB-PI) — ambos seus apoiadores. Após organizar uma série de audiências públicas que tiveram como expositores cientistas políticos como Jairo Nicolau, Murillo de Aragão e Rubem Barboza, o relator se convenceu de que o distritão não seria o modelo mais

¹¹⁵ PMDB vai à Justiça contra criação de partidos, diz Cunha. *Folha de S.Paulo*. 3 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1584340-pmdb-vai-a-justica-contra-criacao-de-novos-partidos-diz-cunha.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹¹⁶ MAQUIAVEL, *op. cit.*, p. 152.

¹¹⁷ XAVIER, Luiz Gustavo. Cunha: vamos trabalhar para derrubar vetos de Dilma sobre fusão de partidos. *Câmara Notícias*. 25 mar. 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/484412-CUNHA-VAMOS-TRABALHAR-PARA-DERRUBAR-VETOS-DE-DILMA-SOBRE-FUSAO-DE-PARTIDOS.html>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

adequado. “Como o distritão é a luta de todos contra todos, quem gastar mais terá mais chance de vir para o Congresso”, concluiu o deputado.¹¹⁸

Pressionado pelo presidente da Câmara, no entanto, Castro acabou incluindo o distritão, mas avisou que votaria contra o seu próprio relatório.¹¹⁹ Como ainda havia pontos que contrariavam a expectativa de Cunha, a comissão especial foi encerrada em maio, depois de três meses de trabalho, sem nem sequer votar o relatório. “Ele [Cunha] foi autoritário e desrespeitoso”, criticou Castro. O presidente da comissão tomou partido do presidente da Câmara. “Ninguém foi feito de bobo. Ele [Castro] sabia havia muito tempo qual era a vontade do presidente da Câmara e do partido dele”, rebateu Maia¹²⁰.

Sob o argumento de que a visão da comissão não representaria a vontade da maioria da Câmara, Cunha determinou a elaboração urgente de uma proposta alternativa e, ignorando a etapa da comissão especial, submeteu-a diretamente ao plenário.

[MANDAMENTO 13] Há dois modos de combater: um, pelas leis; outro, pela força. O primeiro, inerente ao homem. O segundo, inerente aos animais. Mas como o primeiro muitas vezes não basta, convém recorrer ao segundo. E, desse modo, fica bem claro ser necessário que o príncipe saiba utilizar-se devidamente do animal e do homem. Isso foi ensinado em segredo aos príncipes pelos antigos escritores, que escreveram como Aquiles e muitos outros príncipes antigos [...] [foram educados] pelo centauro Quirão [...], o que significa ter como preceptor algo que seja meio animal e meio homem. Nada mais é do que o príncipe passar a empregar uma e outra natureza, pois uma sem a outra não é durável.¹²¹

Eduardo Cunha trilhou o caminho indicado por Maquiavel e não aceitou o desfecho definido “pelas leis”, contrário aos seus interesses. Se tivesse aceitado levar a votação um relatório desfavorável, o presidente da Câmara teria corrido o risco de vê-lo vitorioso no plenário. Por isso, buscou “pelas armas” o desfecho desejado. Ele usou de seu poder como comandante da casa legislativa e fez com que o presidente da comissão, Rodrigo Maia, encerrasse os trabalhos do grupo sem a votação do relatório.

Após negociar com os líderes partidários, Cunha logo no dia seguinte levou diretamente para o plenário a proposta que havia sido feita às pressas, prevendo o distritão. A proposição também incluía na Constituição o financiamento das campanhas

¹¹⁸ FRANCO, Bernardo Mello. Samba da reforma doida. *Folha de S.Paulo*. 13 maio 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/219096-samba-da-reforma-doida.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹¹⁹ Cunha afirma não querer que proposta de colega seja votada. *Folha de S.Paulo*. 19 maio 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/219786-cunha-afirma-nao-querer-que-proposta-de-colega-seja-votada.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹²⁰ BRAGON, Ranier. Cunha submeterá distritão e doações privadas ao plenário. *Folha de S.Paulo*. 26 maio 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/220511-cunha-submetera-distritao-e-doacoes-privadas-ao-plenario.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹²¹ MAQUIAVEL, *op. cit.*, pp. 125-126.

eleitorais por empresas privadas. Com isso, ele procurou anular tanto os projetos de lei que estabeleceriam o financiamento exclusivamente público quanto uma ação judicial no Supremo Tribunal Federal que pedia a proibição das doações de empresas. A posição advogada por Cunha era combatida pelo PT de Dilma Rousseff, que defendia o financiamento totalmente público.

A proposta de Cunha, porém, foi derrotada no plenário. O texto foi aceito por 210 deputados. Como se tratava de uma proposta de emenda à Constituição, exigia o apoio de no mínimo 308. Na avaliação de deputados, a truculência ocorrida na comissão especial contribuiu para a rejeição da proposta.¹²²

Eduardo Cunha tinha um excepcional domínio do regimento interno da Câmara dos Deputados. Quando chegou à casa pela primeira vez, em 2003, contratou as aulas particulares de um professor especializado na complexa norma que rege o funcionamento legislativo e administrativo da Câmara.¹²³ Disse o chefe de gabinete entrevistado para esta pesquisa: “Enquanto os melhores regimentalistas da casa apontam, digamos, três caminhos a serem seguidos em determinada contingência, Eduardo Cunha consegue pensar em dez estratégias diferentes, além de enxergar lá na frente os vários cenários possíveis decorrentes de cada uma dessas estratégias”.

Foi justamente esse conhecimento aprofundado que lhe permitiu provocar uma reviravolta naquela proposta da reforma política. De acordo com os jornais, ele fez uma “manobra”.¹²⁴ A pedido de Cunha, o texto que havia sido rejeitado passou por pequenas mudanças e já no dia seguinte foi levado ao plenário. De acordo com o regimento, um texto rejeitado não pode ser analisado de novo no mesmo ano legislativo. Para não contrariar essa norma, o que Cunha pôs em votação foi uma emenda aglutinativa da proposta derrubada, e não a proposta propriamente dita. Outra diferença: a proposta rejeitada tratava da doação empresarial a partidos e candidatos; a emenda aprovada, da doação empresarial apenas a partidos. Na prática, não haveria muita diferença, pois os partidos poderiam transferir o dinheiro para os candidatos.

¹²² BRAGON, Ranier; TALENTO, Aguirre. Câmara rejeita o distritão e aplica derrota a Cunha. *Folha de S.Paulo*. 27 maio 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/220594-camara-rejeita-o-distritao-e-aplica-derrota-a-cunha.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹²³ JARDIM, Lauro. De aluno aplicado a mestre rigoroso. *Veja*. 18 fev. 2015, p. 34.

¹²⁴ Reino de um homem só. *Folha de S.Paulo*. 5 jul. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/225123-reino-de-um-homem-so.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

Assim, o presidente da Câmara conseguiu o que desejava: a constitucionalização das doações privadas para as campanhas políticas foi aprovada. O texto contou com 330 votos favoráveis — ante os insuficientes 210 da véspera.¹²⁵

[MANDAMENTO 14] Sendo, pois, o príncipe obrigado a bem utilizar-se do animal, deverá ele extrair as qualidades da raposa e do leão, porque o leão não sabe defender-se das armadilhas e a raposa não sabe defender-se dos lobos. Precisa, pois, ser raposa para conhecer as armadilhas e leão para afugentar os lobos. Ignoram a arte de governar aqueles que são simplesmente leões.¹²⁶

A aprovação requereu uma segunda estratégia. Com o mapa da votação em mãos, os aliados de Eduardo Cunha buscaram os deputados que haviam derrubado a proposta para tentar revertê-lhes o voto. Houve ameaças contra os partidos pequenos. Caso eles não aprovassem a nova versão da proposta, o presidente da Câmara os retaliaria colocando em votação um texto da reforma política que proibiria as coligações nas eleições proporcionais e, assim, inviabilizaria a existência dos partidos de menor porte na Câmara dos Deputados, nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais. O PRB, que na véspera havia dado 18 votos contrários à proposta da Cunha, acabou dando 20 votos favoráveis à terceira versão.¹²⁷

Eduardo Cunha adotou o comportamento da raposa e o do leão, exatamente como defendeu o pensador florentino. Primeiro, agiu com a astúcia da raposa, valendo-se de seus conhecimentos legais e regimentais para conseguir colocar em votação praticamente o mesmo texto que havia sido rejeitado na véspera. Depois, agiu com a força do leão, impondo o medo aos que haviam votado contra seus interesses. Cunha soube recorrer a cada animal segundo a necessidade do momento.

Nesse episódio, o presidente da Câmara seguiu também os mandamentos 8 e 9 de Maquiavel: prometeu um castigo pesado aos dissidentes, dando mostras de que efetivamente levaria a ameaça a cabo e preferiu ser temido a ser amado, não evitando ser visto como cruel. Conjugados esses dois conselhos com os mandamentos 11, 13 e 14, ele conseguiu aprovar a proposta.

As estratégias foram legítimas, sob o ponto de vista de Maquiavel, já que o que estava em jogo era a manutenção de Cunha no poder. Como se viu anteriormente, os

¹²⁵ BRAGON, Ranier. Câmara aprova doações de empresas e fim de reeleição. *Folha de S.Paulo*. 28 maio 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/220710-camara-aprova-doacoes-de-empresas-e-fim-da-reeleicao.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹²⁶ MAQUIAVEL, *op. cit.*, p. 126.

¹²⁷ Aval a financiamento privado de campanha é obtido com ameaças. *Folha de S.Paulo*. 28 maio 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/220711-aval-a-financiamento-privado-de-campanha-e-obtido-com-ameacas.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

empresários e suas doações eleitorais permitiram a sua própria eleição e a de outros deputados, que, em retribuição pela intermediação, elegeram-no presidente da Câmara. Nada mais natural que ele quisesse garantir na legislação a permanência do financiamento privado das campanhas. Outro projeto de interesse do empresariado aprovado por Cunha foi o que permitiria que as empresas terceirizassem toda a sua mão de obra. E a aprovação se fez em condições semelhantes: o primeiro texto foi rejeitado pelo plenário, e uma versão levemente diferente foi aprovada no dia seguinte.

Dilma Rousseff também seguiu o mandamento 13. Várias de suas ações na arena legislativa foram caracterizadas pelo uso da força — ou pela ameaça de uso da força. Um exemplo disso se viu na queixa dos deputados de que a presidente enviava proposições para o Congresso sem fazer nenhuma negociação prévia. Outro exemplo foram as ameaças direcionadas aos parlamentares da base aliada, como as feitas com o intuito de obrigá-los a votar no candidato petista à presidência da Câmara. O mandamento 14, porém, foi ignorado. Dilma se valeu da força do leão, mas não conseguiu recorrer à astúcia da raposa quando a contingência assim exigiu. Para Maquiavel, é insuficiente que o líder seja apenas leão. Tanto no caso das proposições enviadas ao Congresso quanto no da eleição para a presidência da Câmara, Dilma não teve a sensibilidade necessária para concluir a tempo que a estratégia inicial não funcionaria e adotar uma tática nova de modo a alcançar seu objetivo. A presidente da República adotava a postura de leão inclusive no trato pessoal. Diversos relatos apontavam que ela costumava ser impaciente e rude com os assessores, situação que levou alguns deles a buscar tratamento psiquiátrico.¹²⁸ Enquanto Dilma Rousseff foi leão, Eduardo Cunha foi leão e raposa.

Em seus primeiros meses como presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha encampou uma série de proposições legislativas que iam frontalmente contra os interesses da presidente Dilma Rousseff. Tratava-se de uma “pauta-bomba”, segundo a expressão usada pelos jornais. Nesse ponto, Dilma saiu em desvantagem. Nos cem dias iniciais do primeiro mandato, ela não havia perdido nenhuma das 15 votações de seu interesse na Câmara. Nos cem dias do segundo mandato, foi vencida em 15 das 44 votações.¹²⁹

Apenas nove dias depois de assumir o comando, o deputado pôs em análise a proposta de emenda à Constituição que estabeleceria o orçamento impositivo. Por meio

¹²⁸ NERY, Natuza; SADI, Andréia. Durante crise, presidente fica mais solitária e reflexiva. *Folha de S.Paulo*. 15 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/211937-durante-crise-presidente-fica-mais-solitaria-e-reflexiva.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹²⁹ JARDIM, Lauro. Cem dias de cão. *Veja*. 15 abr. 2015, p. 43.

desse dispositivo, o governo ficaria obrigado a pagar o dinheiro das emendas parlamentares, aquelas às quais deputados e senadores têm direito no orçamento da União e que normalmente são destinadas a obras nos municípios que são seus redutos eleitorais.

Até então, como já se disse, as emendas eram liberadas conforme o desejo do Palácio do Planalto. Além disso, elas sofriam contingenciamento, isto é, eram recorrentemente bloqueadas de modo a ajudar o governo a fechar as contas públicas. O orçamento impositivo, portanto, era uma medida inconveniente para a presidente Dilma Rousseff. Eduardo Cunha conseguiu a aprovação da PEC do orçamento impositivo na Câmara, e a proposta foi logo em seguida promulgada pelo Congresso Nacional.

Outra proposta indesejada pela presidente Dilma Rousseff era a chamada PEC da bengala. De acordo com ela, a aposentadoria compulsória dos ministros dos tribunais superiores se elevaria de 70 para 75 anos. Ao longo dos quatros do segundo mandato da presidente, cinco ministros do Supremo Tribunal Federal completariam 70 anos. Com a PEC da bengala, então, Dilma perderia a prerrogativa de indicar os cinco novos ministros.

A PEC da bengala estava engavetada na Câmara havia nove anos quando Eduardo Cunha decidiu resgatá-la.¹³⁰ O processo foi rápido. Em março, passou na primeira votação no plenário. Em maio, passou na segunda e foi promulgada

Em outra frente, Eduardo Cunha impulsionou uma proposição de sua própria autoria que limitaria o número de ministérios de Estado a 20. A proposta adormecia nos arquivos da Câmara desde 2003. Em abril, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) analisou a admissibilidade da PEC e deu o aval para que ela começasse a tramitar na casa. Logo em seguida, criou-se uma comissão especial para estudá-la.¹³¹ O escolhido para relatar a proposta foi Leonardo Picciani (RJ), o líder do PMDB.

Sendo aprovada, a PEC obrigaria a presidente Dilma Rousseff a cortar praticamente a metade dos ministérios. Isso significa que ela passaria a dispor de menos postos de alto escalão para abrigar os partidos da coalizão e também menos cargos de confiança na máquina pública federal para que os parlamentares da base aliada pudessem acomodar seus apadrinhados. Uma Esplanada dos Ministérios mais enxuta tornaria ainda

¹³⁰ TALENTO, Aguirre; FALCÃO, Márcio. Proposta que pode tirar de Dilma 5 indicações ao STF avança na Câmara. *Folha de S.Paulo*. 5 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esp/210579-proposta-que-pode-tirar-de-dilma-5-indicacoes-ao-stf-avanca-na-camara.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹³¹Avança na Câmara projeto de redução de ministérios. *Folha de S.Paulo*. 23 abr. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esp/216928-avanca-na-camara-projeto-de-reducao-de-ministerios.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

mais conturbada a relação entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional. Até agosto, a PEC ainda não havia sido aprovada.

O maior susto que o governo levou na Câmara dos Deputados se deu em março. Leonardo Picciani apresentou um projeto de lei complementar que regulamentaria o novo indexador das dívidas de estados e municípios com a União, obrigando o governo a colocá-lo em prática no prazo de 30 dias. A troca do indexador, sancionada pelo governo no final de 2014, baixaria os valores a serem pagos aos cofres federais e aliviaria a situação financeira dos caixas estaduais e municipais. Entretanto, a presidente Dilma Rousseff vinha adiando a regulamentação da lei, sob o argumento de que o ajuste das contas públicas não lhe permitia abrir mão do dinheiro.

No mesmo dia em que o projeto de Picciani foi apresentado, Cunha conseguiu levá-lo para o plenário. A proposição foi aprovada com 389 votos favoráveis, duas abstenções e nenhum voto contrário. Nem mesmo os deputados do PT votaram conforme a vontade de Dilma, que no mesmo dia havia dito publicamente que o governo não poderia arcar naquele momento com a mudança do indexador.¹³² Alguns dias mais tarde, porém, o governo conseguiria negociar no Senado um prazo maior.¹³³ A Câmara aceitou a mudança, e Dilma sancionou a previsão de que a nova regra só começaria a ser aplicada em 31 de janeiro de 2016.

Em junho, Eduardo Cunha apresentou um anteprojeto que retiraria ainda mais poderes de Dilma Rousseff. De acordo com o texto, os presidentes das empresas estatais, antes de serem nomeados, teriam de contar com o aval do Congresso Nacional, tal qual ocorre com os ministros do Supremo Tribunal Federal e os diretores das agências reguladoras. As regras vigentes estabeleciam que os dirigentes das estatais eram de livre escolha do presidente da República. Cunha apresentou o anteprojeto em conjunto com o presidente do Senado, Renan Calheiros.¹³⁴

¹³² FALCÃO, Márcio; BRAGON, Ranier; TALENTO, Aguirre. De cada 10 aliados, 3 votam contra Dilma. *Folha de S.Paulo*. 27 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/213940-de-cada-10-aliados-3-votam-contradilma.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹³³ Senado aprova revisão da dívida dos Estados e municípios para 2016. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/217611-senado-aprova-revisao-da-divida-dos-estados-e-municipios-para-2016.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹³⁴ DIAS, Marina; CRUZ, Valdo; GUERREIRO, Gabriela. Nomeações em estatais são só do Executivo, reage Dilma. *Folha de S.Paulo*. 3 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/221393-nomeacoes-em-estatais-sao-so-do-executivo-reage-dilma.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

[MANDAMENTO 15] Era, então, necessário que se perturbasse aquela ordem e se desorganizassem os seus Estados, para poder assenhorar-se com segurança de parte deles.¹³⁵

Aprovando projetos desse tipo ou fazendo-os avançar na Câmara, Eduardo Cunha obedeceu a uma das máximas maquiavelianas que indicam como enfraquecer os inimigos para tomar-lhes território. Com o orçamento impositivo e o novo indexador, ele atingiu Dilma Rousseff de duas maneiras: dificultou o ajuste das contas públicas e ganhou aliados (deputados, governadores e prefeitos). Com a redução dos ministérios, a presidente da República passaria a dispor de menos postos para abrigar os partidos da sua base de apoio. Com a PEC da bengala e os novos critérios para escolha dos dirigentes das estatais, ela veria reduzida a sua influência, ainda que indireta, sobre a cúpula do Poder Judiciário e as empresas públicas.

Em março, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara aprovou, em votação conclusiva (sem a necessidade do aval do plenário), um projeto de lei que daria aos servidores do Poder Judiciário federal um reajuste salarial que variaria entre 53% e 78,5%. Em maio, os deputados incluíram numa medida provisória uma emenda que flexibilizaria o fator previdenciário, mecanismo que reduzia o valor da aposentadoria paga às pessoas que se aposentavam pelo INSS precocemente, apenas por tempo de contribuição, sem atingir a idade mínima. Em junho, a Câmara aprovou a aplicação do mesmo reajuste do salário mínimo às aposentadorias do INSS.¹³⁶

O governo era contra a aprovação das três medidas, pois sobrecarregariam os cofres federais. Por isso, foram todas vetadas pela presidente Dilma Rousseff.

[MANDAMENTO 16] Ao conquistar um Estado, precisa o conquistador ter em mente todo mal que tiver de executar, fazendo-o todo de uma só vez, para não ter de repeti-lo todos os dias e poder assim, inovando, infundir confiança aos homens e conquistá-los com vantagens dadas. Quem proceder de outro modo, por timidez ou por maus conselhos, precisa ter sempre a faca nas mãos e jamais poderá confiar em seus súditos, e estes, por sua vez, não poderão fiar-se nele, por causa das suas recentes e continuadas ofensas. As ofensas devem ser feitas de uma só vez, para que, absorvendo-as menos, ofendam menos. Os benefícios, entretanto, devem ser feitos pouco a pouco, de tal modo que melhor sejam absorvidos.¹³⁷

Ao patrocinar a aprovação das três propostas que seguramente seriam vetadas por Dilma Rousseff, Eduardo Cunha previa assistir ao desgaste da presidente da

¹³⁵ MAQUIAVEL, *op. cit.*, p. 55.

¹³⁶ BRAGON, Ranier; GUERREIRO, Gabriela; CRUZ, Valdo. Câmara estende reajuste do salário mínimo a todos os aposentados. *Folha de S.Paulo*. 25 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/223953-camara-estende-reajuste-do-salario-minimo-a-todos-os-aposentados.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹³⁷ MAQUIAVEL, *op. cit.*, p. 73.

República, pois ela perderia o apoio tanto do funcionalismo do Judiciário quanto das centrais sindicais e dos aposentados. Seria uma sequência de “ofensas” contra os trabalhadores, segundo a expressão usada por Nicolau Maquiavel. Numa situação assim, o povo passa a acreditar que o governante voltará a qualquer momento trazendo novas medidas lesivas. Dessa forma, o governo vai aos poucos perdendo o respaldo popular. O povo acaba se vendo compelido a “pegar em armas” contra o governante e colocar no lugar um líder que lhes prometa uma situação melhor, como indica o mandamento 3 de Maquiavel.

Dilma também demonstrou ter consciência dos efeitos provocados pelo veto daquelas três medidas, que de diferentes maneiras beneficiariam o povo. E agiu para ao menos reduzir os danos. No caso do reajuste dos servidores do Judiciário, ela buscou o Supremo Tribunal Federal para negociar um aumento salarial mais baixo do que o vetado. Quanto à flexibilização do fator previdenciário, a presidente da República propôs uma regra intermediária, nem tão dura com os aposentados, como a que vigorava então, nem demasiadamente favorável, como a que havia sido aprovada pelo Congresso Nacional. Apenas no caso do reajuste das aposentadorias não houve concessão.

A lista das proposições aprovadas na Câmara mostra que Eduardo Cunha seguiu o mandamento maquiaveliano 1, que diz que o príncipe precisa cumprir a palavra dada, mas deve descumpri-la se a contingência exigir. Quase todas as promessas de campanha foram honradas. A Câmara, de fato, não “baixou a cabeça para o governo”. Além disso, a Secretaria de Comunicação Social foi entregue ao deputado Cleber Verde (PRB-MA), integrante da bancada evangélica. A construção do “shopping” na Câmara foi incluída em uma medida provisória aprovada. A outra MP, Cunha acrescentou uma isenção de impostos que beneficiaria os pastores evangélicos — promessa feita à bancada evangélica. A aprovação da proposta que reduziria a maioria penal de 18 para 16 anos em caso de crimes mais graves havia sido prometida tanto à bancada evangélica quanto à bancada da bala (dedicada às questões de segurança pública).

Quanto às passagens aéreas para as mulheres dos deputados, o presidente da Câmara chegou a aprovar a medida, mas logo teve que recuar diante da grande repercussão negativa na imprensa e nas redes sociais da internet. Ele temia que isso

levasse seu nome a surgir nas manifestações de rua contra presidente Dilma Rousseff marcadas para março.¹³⁸

2.3.5. Dilma e Cunha se veem enfraquecidos

Antes mesmo que o segundo mandato tivesse se iniciado, setores da sociedade insatisfeitos com a vitória de Dilma Rousseff começaram a pedir que ela fosse destituída. Em novembro, sete dias após o segundo turno, um protesto contra a presidente reuniu 2.500 pessoas em São Paulo. Muitas pediam o impeachment. A palavra, inicialmente restrita a atos desse tipo e a mensagens nas redes sociais, começaria logo a circular também no meio político. Em fevereiro, tornou-se público que um jurista, por encomenda de um advogado do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, havia redigido um parecer jurídico que avaliava que os escândalos na Petrobras seriam suficientes para embasar um pedido de impeachment.

Dias depois, o impeachment virou tema nas tribunas do Congresso Nacional. O assunto foi levantado pelo senador Cássio Cunha Lima (PB), líder do PSDB: “Queda de popularidade não está prevista na Constituição como motivo para impeachment. A questão é muito mais grave. Estamos diante de um conjunto de fatos que levam a população a mencionar cada vez mais aquilo que é o impedimento da presidente”. O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) rebateu, iniciando um bate-boca: “Tem uma minoria golpista se organizando neste país, como fizeram contra Getúlio, João Goulart. Ela é estimulada pelo PSDB, que questionou o processo eleitoral ao seu final”.¹³⁹ Em agosto, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que Dilma Rousseff faria um “ato de grandeza” se renunciasse.¹⁴⁰

No Dia da Mulher, em março, Dilma convocou rede nacional de rádio e TV para falar ao país, entre outros temas, sobre as medidas adotadas para o ajuste das contas públicas. Em pelo menos 12 capitais, pessoas insatisfeitas com o governo fizeram “panelaços” dentro de casa e “buzinaços” na rua enquanto a presidente discursava. Questionada por jornalistas sobre a reação da população, a presidente respondeu que as

¹³⁸ FRANCO, Bernardo Mello. Temer e a maldição de Jânio. *Folha de S.Paulo*. 3 mar. 2015. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/210276-temer-e-a-maldicao-de-janio.shtml>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹³⁹ *Impeachment* provoca bate-boca entre tucano e petista no Senado. *Folha de S.Paulo*. 10 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/207729-impeachment-provoca-bate-boca-entre-tucano-e-petista-no-senado.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹⁴⁰ LIMA, Daniela. FHC diz que renúncia seria “ato de grandeza” de Dilma. *Folha de S.Paulo*. 18 ago. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/229880-fhc-diz-que-renuncia-seria-ato-de-grandeza-de-dilma.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

manifestações a favor do impeachment eram orquestradas por grupos que não aceitaram o resultado da eleição de 2014: “Eu acho que há que caracterizar razões para o impeachment. A eleição acabou, houve primeiro e segundo turno. Terceiro turno das eleições não pode ocorrer, a não ser que se queira uma ruptura democrática”.¹⁴¹

Ainda em março, houve protestos de rua contra o governo em 153 cidades. Na cidade de São Paulo, 210 mil pessoas foram para a Avenida Paulista — a maior manifestação política do país desde as Diretas Já, em 1984.¹⁴² Os atos se repetiram em abril, porém em menor proporção. As manifestações envolveram 111 cidades. Na capital paulista, o número de participantes dessa vez ficou em torno de 100 mil.¹⁴³ Os terceiros se deram em agosto. Os manifestantes se organizaram em 169 cidades. Em São Paulo, estima-se que 135 mil tenham ido para a Avenida Paulista.¹⁴⁴

A popularidade da presidente caiu progressivamente ao longo do segundo mandato. Entre dezembro de 2014 e agosto de 2015, de acordo com o Datafolha, o índice dos brasileiros que consideravam seu governo ótimo ou bom se reduziu de 42% para apenas 8%. O índice dos que avaliavam sua gestão como ruim ou péssima subiu de 24% para 71%.¹⁴⁵ Pesaram a frustração da população diante das promessas eleitorais não cumpridas, os escândalos de corrupção na Petrobras e a expectativa de que a crise econômica, que podia ser vista no dia a dia por meio da alta da inflação e do desemprego, pioraria ainda mais.¹⁴⁶ Analistas enxergaram nessa conjugação de fatores negativos,

¹⁴¹ SADI, Andréia; CRUZ, Valdo; HAUBERT, Mariana. Após vaias, Dilma diz não ver razão para impeachment. *Folha de S.Paulo*. 10 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/211282-apos-vaia-dilma-diz-nao-ver-razao-para-impeachment.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹⁴² Multidão vai às ruas contra Dilma e assusta governo. *Folha de S.Paulo*. 16 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/212037-multidao-vai-as-ruas-contradilma-e-assusta-ogoverno.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹⁴³ Grupos antigoverno exibem menos força na volta às ruas. *Folha de S.Paulo*. 13 abr. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/215793-grupos-antigoverno-exibem-menos-forca-na-volta-as-ruas.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹⁴⁴ Protestos nas ruas mantêm governo Dilma sob pressão. *Folha de S.Paulo*. 17 ago. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/229809-protestos-nas-ruas-mantem-governo-dilma-sob-pressao.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹⁴⁵ ARAGÃO, Alexandre. Reprovação de Dilma cresce e supera a de Collor em 1992. *Folha de S.Paulo*. 21 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/228557-reprovacao-de-dilma-cresce-e-supera-a-de-collor-em-1992.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹⁴⁶ PAULINO, Mauro; JANONI, Alessandro. Insegurança com trabalho e emprego é principal frustração. *Folha de S.Paulo*. 21 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/223472-inseguranca-com-salario-e-emprego-e-principal-frustracao.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

incluídos os protestos de rua e os índices de popularidade, as condições necessárias para uma “tempestade política perfeita”.¹⁴⁷

Temendo ser vaiada, Dilma Rousseff tornou raras suas aparições públicas. Ela, por exemplo, não convocou rede nacional de rádio e TV para fazer o tradicional pronunciamento do Dia do Trabalho.¹⁴⁸

[MANDAMENTO 17] Deve [...] quem se torna príncipe mediante o apoio do povo mantê-lo amigo, o que é fácil, porque o povo quer apenas não ser oprimido. Aquele que, entretanto, torna-se príncipe com apoio dos poderosos deve procurar antes de tudo conquistar o povo, o que é fácil quando lhe consegue a proteção.¹⁴⁹[...] Quanto aos súditos, [...] se temer-se que conspirem secretamente, [...] o príncipe pode resguardar-se evitando ser odiado ou desprezado e mantendo o povo satisfeito com ele [...]. Um dos mais poderosos remédios que o príncipe possui contra conspirações é não ser odiado pela maioria, porque sempre quem conspira crê que com a morte do príncipe satisfará o povo. Mas, quando crê prejudicá-lo, [quem conspira] não tem coragem de tomar semelhante atitude, já que as dificuldades por parte dos conjurados são infinitas. [...] O príncipe não deve levar a sério as conspirações se ele for querido pelo povo. Mas, quando este lhe for hostil e lhe tiver ódio, deve temer tudo e todos. Os Estados bem organizados e os príncipes prudentes pensaram com todo cuidado em não descontentar os poderosos e em satisfazer o povo.¹⁵⁰

De acordo com o mandamento 9 de Maquiavel, o governante deve buscar ser temido pelo povo — e, se possível, também amado. Ao mesmo tempo, conforme o pensador explica no mandamento acima, o líder não pode permitir que o temor se converta em ódio. O ódio leva à hostilidade. Odiando seu governante, o povo adere a conspirações para derrubá-lo ou então não impede que os conspiradores o derrubem. Como prevê o mandamento 3, os cidadãos pegam em armas quando o príncipe piora as condições de vida de seus súditos e há a possibilidade de que outro príncipe mude a situação. Sem ter “o povo como amigo”, alertou Maquiavel, o governante “fracassará na adversidade”.¹⁵¹

No início do segundo mandato, Dilma Rousseff não teve o povo como amigo. As manifestações de rua e as pesquisas de opinião sobre a presidente deixaram claro que

¹⁴⁷ CANZIAN, Fernando. Tempestade perfeita ameaça o governo Dilma. *Folha de S.Paulo*. 23 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/209307-tempestade-perfeita-ameaca-o-governo-dilma.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

COLOMBO, Sylvia. A imagem mítica do brasileiro simpático existe só no samba. *Folha de S.Paulo*. 18 maio 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/219703-a-imagem-mitica-do-brasileiro-simpatico-existe-so-no-samba.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹⁴⁸ SADI, Andréia. Após cancelar fala do 1º de maio, presidente não grava para o PT. *Folha de S.Paulo*. 4 maio 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/218128-apos-cancelar-fala-do-1-de-maio-presidente-nao-grava-para-o-pt.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹⁴⁹ MAQUIAVEL, *op. cit.*, p. 78.

¹⁵⁰ MAQUIAVEL, *op. cit.*, pp. 132-135.

¹⁵¹ MAQUIAVEL, *op. cit.*, p. 78.

o sentimento da maioria dos brasileiros estava próximo do “ódio” descrito por Maquiavel em *O Príncipe*, o que a deixava frágil diante das “conspirações”. De fato, uma pesquisa feita em agosto pelo Datafolha mostrou que 66% dos brasileiros se diziam favoráveis ao processo de impeachment.¹⁵²

Eduardo Cunha, por sua vez, mantinha-se no posto sendo amado e temido, porém não odiado pelo “povo” — nesse caso, os deputados federais. Ele, portanto, não deveria temer “conspirações” dentro da Câmara naquele momento.

As pesquisas de opinião revelaram também que a população não conseguia enxergar qualidades na presidente da República. Em abril, 54% dos brasileiros disseram considerar a presidente falsa e 60% afirmaram que ela dizia mentiras. Em abril, 57% disseram crer que Dilma sabia dos desvios na Petrobras e não os impediu.

[MANDAMENTO 18] Ao príncipe, [...] não é necessário possuir todas as qualidades [...], mas é necessário que pareça possuí-las. Assim, ousarei dizer isto: que, possuindo-as e observando-as todas, tornam-se prejudiciais, enquanto que, aparentando possuí-las, lhes são úteis. Por exemplo, de um lado deverá ser piedoso, fiel, humano, íntegro e religioso. [...] De outro lado, quando precisar não ser mais piedoso, ter o ânimo, o poder e o saber para ser o oposto.¹⁵³

Na visão de Maquiavel, o sucesso do príncipe depende muito das características que ele aparenta ter, pois a aparência é um dos pontos que o povo leva em consideração ao avaliá-lo. O pensador admite que o líder, como qualquer ser humano, tem tanto qualidades quanto defeitos, mas ensina que publicamente os primeiros devem ser aumentados e os segundos devem ser escondidos. Dessa forma, o príncipe reduzirá as chances de se tornar odiado pelo povo. As pesquisas de opinião mostram que Dilma Rousseff falhou ao tentar seguir esse mandamento maquiaveliano. Ela havia apresentado durante as duas campanhas presidenciais a imagem de uma “faxineira” disposta a “varrer” a corrupção do governo, mas no início do segundo mandato estava sendo encarada pela população como condescendente com a corrupção. Esse ponto também contribuiu com a queda da popularidade.

Políticos adversários, especialmente os do PSDB, aproveitaram-se da perda do respaldo popular da presidente da República para dar força à via do impeachment. Em abril, veio a notícia de que o Tribunal de Contas da União (TCU) havia encontrado indícios de irregularidades nos procedimentos adotados pelo governo federal para fechar

¹⁵² ARAGÃO, Alexandre. Reprovação de Dilma cresce e supera a de Collor em 1992. *Folha de S.Paulo*. 21 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/228557-reprovacao-de-dilma-cresce-e-supera-a-de-collor-em-1992.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹⁵³ MAQUIAVEL, *op. cit.*, p. 128.

as contas públicas de 2014. Os jornais os chamaram de “pedaladas fiscais”.¹⁵⁴ Para os opositores, esse era o fato concreto que faltava para acusar a presidente de crime de responsabilidade e, assim, abrir um processo de impeachment.¹⁵⁵ Ainda faltava, porém, o julgamento do TCU sobre o caso.

Diante dessas ameaças ao governo, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva procurou sua sucessora diversas vezes para sugerir medidas que revertissem a situação. Um dos temores de Lula era que o mau desempenho do governo Dilma atrapalhasse os planos do PT de vencer a eleição presidencial de 2018.¹⁵⁶

Lula propôs a Dilma que desse boas notícias aos brasileiros — exatamente como prega o mandamento 16. Num evento público, o ex-presidente se queixou: “Fiz esta pergunta a Dilma: ‘Companheira, você lembra qual foi a última notícia boa que demos ao país?’. Ela não lembrava”. Lula se queixou, por exemplo, da demora no anúncio da terceira fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), embora as diretrizes estivessem prontas desde a campanha eleitoral de 2014. Lula acrescentou: “Aquele gabinete presidencial é uma desgraça. Não entra ninguém para contar uma notícia boa”.¹⁵⁷

Para o ex-presidente, Dilma deveria percorrer o país para inaugurar obras e “conversar com o povo”. Isso ajudaria a criar uma “agenda positiva”, em contraposição à crise econômica e aos anúncios impopulares, como a elevação de tributos e o endurecimento de regras para a concessão de direitos trabalhistas. “Ela conviveu muito comigo e sabe que, nas horas mais difíceis, não tem alternativa a não ser encostar a cabeça no ombro do povo e conversar com ele. Explicar quais são as dificuldades e quais são as perspectivas. Tem que fazer o que tiver para fazer em Brasília e, depois, pé na

¹⁵⁴ AMORA, Dimmi; CRUZ, Valdo. Manobra fiscal cria risco de rejeição das contas de Dilma. *Folha de S.Paulo*. 17 abr. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/216226-manobra-fiscal-cria-risco-de-rejeicao-das-contas-de-dilma.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹⁵⁵ AMORA, Dimmi; CRUZ, Valdo. Manobra fiscal cria risco de rejeição das contas de Dilma. *Folha de S.Paulo*. 17 abr. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/216226-manobra-fiscal-cria-risco-de-rejeicao-das-contas-de-dilma.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹⁵⁶ DIAS, Marina; SADI, Andréia. Crise eleva chances de intervenção de Lula no governo. *Folha de S.Paulo*. 5 jul. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/225113-crie-eleva-chances-de-intervencao-de-lula-no-governo.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹⁵⁷ Lula afirma que Dilma e ele estão no “volume morto”. *Folha de S.Paulo*. 21 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/223479-lula-afirma-que-dilma-e-ele-estao-no-volume-morto.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

estrada. Ela e os ministros. O povo vai cobrar? Vai, mas tem que cobrar mesmo. Quando fica em Brasília esperando... puta merda”.¹⁵⁸

Lula também sugeriu que a presidente da República usasse uma linguagem mais simples nas falas públicas, de modo a ser compreendida pela população. “Procurei a palavra ‘feminicídio’ no dicionário e não encontrei”, criticou ele, referindo-se ao termo usado pela mandatária no discurso em rede nacional por ocasião do Dia da Mulher.¹⁵⁹ Mais tarde, afirmou que a presidente deveria parar de pronunciar a palavra “impeachment”, que ela vinha usando quando garantia que não deixaria o poder. Para Lula, isso apenas serviria de combustível para as conspirações dos adversários.¹⁶⁰

Lula alertou Dilma que os grupos que historicamente deram sustentação ao PT vinham sendo ignorados pela Presidência da República, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Sem Terra (MST) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Ele sugeriu que a presidente se aproximasse desses grupos, que poderiam organizar manifestações de rua que se contrapassem às marchas antigoverno — eles, de fato, organizaram atos pró-governo. “O que temos que fazer é aproveitar estes quatro anos e tentar reorganizar a base de alianças com os setores mais à esquerda da sociedade. Se fizermos isso, voltaremos a ter grandes chances de continuar governando o país”, disse ele.¹⁶¹ Dilma, na visão de Lula, também deveria se aproximar dos governadores e dos prefeitos, que poderiam pressionar suas bancadas no Congresso Nacional a serem mais leais ao Palácio do Planalto.¹⁶²

O ex-presidente aconselhou Dilma a abrir mais espaço para o vice-presidente da República, Michel Temer, na articulação política com os deputados e os senadores, de modo a evitar derrotas no Congresso Nacional. Temer já havia sido três vezes presidente da Câmara dos Deputados e era considerado um bom articulador político. Além disso, segundo Lula, ele poderia reduzir os atritos na relação do governo com o PMDB. Temer era o presidente nacional do partido e correligionário dos presidentes das duas casas do

¹⁵⁸ LIMA, Daniela; MEGALE, Bela. Presidente precisa conversar com o povo, diz Lula. *Folha de S.Paulo*. 4 jul. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/224990-presidente-precisa-conversar-com-o-povo-diz-lula.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹⁵⁹ MASCARENHAS, Gabriel; NERY, Natuza. Lula passa a orientar bancada petista. *Folha de S.Paulo*. 22 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/212948-lula-passa-a-orientar-bancada-petista.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹⁶⁰ *Ibid.*

¹⁶¹ DIAS, Marina. Lula e movimentos sociais se unem para pressionar Dilma. *Folha de S.Paulo*. 27 dez. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/201781-lula-e-movimentos-sociais-se-unem-para-pressionar-dilma.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹⁶² MAGALHÃES, Vera. Colateral. *Folha de S.Paulo*. 14 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/208236-painel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

Congresso Nacional. Lula lembrou ter usado seu vice, José Alencar, como ponte entre o governo e o empresariado e até tê-lo nomeado ministro da Defesa.¹⁶³

[MANDAMENTO 19] O príncipe prudente deve ter [...] em seu Estado homens sábios e somente a eles deve dar a liberdade de falar a verdade e apenas nas coisas que ele lhes perguntar. Deve, porém, perguntar-lhes de tudo, ouvir-lhes as opiniões e depois deliberar sozinho, do seu jeito. [...] Um príncipe, portanto, deve aconselhar-se sempre [...]. Esta é uma regra que nunca falha: o príncipe que não for sábio por si mesmo não pode ser bem aconselhado, a não ser que, por sorte, se aconselhe com alguém muito prudente.¹⁶⁴

Dilma, porém, resistiu a seguir os conselhos de seu antecessor. Por essa razão, eles chegaram a protagonizar um bate-boca no Palácio do Alvorada em março. Os ministros que estavam na sala ao lado, à espera de uma reunião, escutaram tapas na mesa e palavras ríspidas.¹⁶⁵ Em outra ocasião, Lula perguntou à presidente: “O que aprendemos com essa eleição [de 2014, em que Dilma venceu por uma margem de votos muito pequena]?”. Ele próprio respondeu: “Que devemos mudar!”.¹⁶⁶

A presidente da República falhou em seguir mais este ponto do receituário de Maquiavel: ela não criou um grupo de conselheiros de confiança. Além de Lula, os únicos a quem Dilma dava liberdade para falar-lhe francamente eram o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e o da Justiça, José Eduardo Cardozo.¹⁶⁷ Outros não tinham a mesma abertura.

Numa reunião no Palácio do Planalto, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE) decidiu alertar a presidente sobre os riscos de ela vetar a fórmula que flexibilizaria o fator previdenciário aprovada pelo Congresso: “Essa decisão pode afetar sua popularidade”. Dilma ficou irritada: “A popularidade é minha, e eu faço com ela o que eu quiser”.¹⁶⁸ Maquiavel recomendou ao príncipe: “Faz os homens entenderem que não te ofendem se te disserem a verdade”.¹⁶⁹ Cada vez que inibia os “homens sábios” de falarem exatamente o que pensavam, Dilma perdia subsídios que seriam importantes para as suas tomadas de decisão.

¹⁶³ NERY, Natuza; SADI, Andréia; HAUBERT, Mariana. Depois de Lula, Dilma vai receber a cúpula do PMDB. *Folha de S.Paulo*. 27 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/209786-depois-de-lula-dilma-vai-receber-a-cupula-do-pmdb.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹⁶⁴ MAQUIAVEL, *op. cit.*, pp. 169-172.

¹⁶⁵ MASCARENHAS, Gabriel; NERY, Natuza. Lula passa a orientar bancada petista. *Folha de S.Paulo*. 22 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/212948-lula-passa-a-orientar-bancada-petista.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹⁶⁶ *Ibid.*

¹⁶⁷ JARDIM, Lauro. De corpo presente. *Veja*. 1º jul. 2015, p. 35

¹⁶⁸ JARDIM, Lauro. Uma reunião no Planalto. *Veja*. 24 jun. 2015, p. 41

¹⁶⁹ MAQUIAVEL, *op. cit.*, pp. 169-172.

A decisão de seguir conselhos de Lula veio tarde. As viagens pelo país para inaugurações, por exemplo, só começaram em fevereiro. Michel Temer foi alçado à condição de articulador político do Planalto com o Congresso apenas em abril. De qualquer forma, nem todas as sugestões de Lula foram acatadas pela presidente Dilma. O PAC 3 não havia sido lançado até agosto.

[MANDAMENTO 20] Deve o homem prudente entrar sempre nos caminhos trilhados por grandes homens e aqueles que imitaram com grande êxito [...]. Deve-se fazer como os arqueiros prudentes, que, mirando o alvo que de longe desejam atingir e sabendo até onde pode ir para alcançar com a flecha essa altura, mas para poder, com a ajuda de tão alta mira, atingir o destino proposto.¹⁷⁰

De acordo com as recomendações de Nicolau Maquiavel, Dilma Rousseff deveria ter levado bem mais em consideração os conselhos dados por seu antecessor. Pelos critérios maquiavelianos, Luiz Inácio Lula da Silva se encaixava na figura do bom governante. Segundo o pensador florentino, bom governante é aquele que conquista, mantém e amplia o poder. Lula venceu a eleição presidencial de 2002, reelegeu-se em 2006, conseguiu eleger a sua sucessora em 2010 e ainda teve peso na reeleição dela em 2014. Dilma, portanto, deveria saber que suas chances de êxito seriam maiores se levasse em conta tanto o que o Lula fez durante seus dois governos quanto o que ele a vinha aconselhando a fazer. Para Maquiavel, não é prudente o líder que não olha para o passado.

Na disputa pela presidência da Câmara, Lula havia sido um dos defensores da ideia de que o PT deveria apoiar Eduardo Cunha, e não desafiá-lo lançando um candidato próprio.¹⁷¹ Foi um conselho que Dilma não seguiu.

Eduardo Cunha, por sua vez, aparentava não ter conselheiros. “Ele não ouve ninguém, é autossuficiente”, disse o deputado federal entrevistado para a presente pesquisa. “Talvez seja esse o seu maior pecado. Por ser tão inteligente, ele acerta na maioria das vezes. Mas o fato de tomar as decisões sozinho implica um risco grande de tomar decisões erradas. Afinal, dez cabeças pensam melhor do que uma.”

Fernando Henrique Cardoso, o predecessor de Lula no Palácio do Planalto, também chegou a dar conselhos a Dilma Rousseff: “Quando fiz o Plano Real, o que eu fazia? Eu falava. Minha função era política. Eu não era técnico, não sou economista

¹⁷⁰ MAQUIAVEL, *op. cit.*, p. 46.

¹⁷¹ DIAS, Marina; SADI, Andréia. Crise eleva chances de intervenção de Lula no governo. *Folha de S.Paulo*. 5 jul. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/225113-cri-se-eleva-chances-de-intervencao-de-lula-no-governo.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

sequer. Alguém tem que fazer isso. No caso, era eu. Não [precisa ser] o presidente, mas alguém tem que fazer”.¹⁷² Fernando Henrique se referia ao ministro Joaquim Levy. Para o ex-presidente, não cabia ao titular do Ministério da Fazenda, um “tecnocrata”, convencer o Congresso Nacional a aprovar as medidas de ajuste das contas públicas, como vinha ocorrendo. Isso deveria caber a um articulador político hábil, o que, na avaliação de Fernando Henrique, faltava ao governo Dilma.

Publicamente, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, disse não ver motivos suficientes para dar prosseguimento a nenhum dos 16 pedidos de impeachment apresentados à casa até agosto de 2015. Apesar dessa fala, o deputado fez movimentos que deixaram claro que sua prerrogativa de autorizar o início do julgamento seria um recurso mantido ao alcance da mão para o caso de sua situação no conflito com a presidente da República começar a ficar desvantajosa. Em junho, ele se reuniu com grupos favoráveis ao impedimento da presidente.¹⁷³ No mês seguinte, teve um encontro com o ministro do STF e do TSE Gilmar Mendes e com o deputado Paulinho da Força (SD-SP) no qual discutiram a possibilidade do impeachment.¹⁷⁴

Em julho, o presidente da Câmara convocou rede nacional de rádio e TV para fazer um balanço das ações da casa legislativa no primeiro semestre. Justamente na véspera, um lobista investigado na Operação Lava-Jato afirmou ter pagado propina a Eduardo Cunha, em troca de o deputado garantir-lhe a continuidade de um contrato com a Petrobras. Cunha reagiu: “É tudo vingança do governo. Parece que o Executivo quer jogar a sua crise no Congresso”.¹⁷⁵ No dia seguinte, ele anunciou seu rompimento com o Palácio do Planalto, mas ressaltou que não chegaria a usar o cargo para prejudicar o governo.

Em agosto, na volta do recesso parlamentar, Eduardo Cunha impôs uma nova sequência de derrotas ao governo: conseguiu a aprovação da PEC que elevaria o salário dos servidores da Advocacia-Geral e dos delegados da Polícia Federal e do projeto que aumentaria a correção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); instalou uma

¹⁷² COLOMBO, Sylvia. A imagem mítica do brasileiro simpático existe só no samba. *Folha de S.Paulo*. 18 maio 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/219703-a-imagem-mitica-do-brasileiro-simpatico-existe-so-no-samba.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹⁷³ MAQUIAVEL, *op. cit.*, pp. 132-135.

¹⁷⁴ DIAS, Marina; NERY, Natuza. Cunha discute *impeachment* com ministro do Supremo. *Folha de S.Paulo*. 14 jul. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/226037-cunha-discute-impeachment-com-ministro-do-supremo.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹⁷⁵ SADI, Andréia; HAUBERT, Mariana. Cunha diz que delator mente e promete romper com o governo. *Folha de S.Paulo*. 17 jul. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/226415-cunha-diz-que-delator-mente-e-promete-romper-com-o-governo.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

CPI para investigar os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e providenciou a aprovação das prestações de contas de governos anteriores, de modo a já deixar a pauta livre para a hipótese de o TCU julgar irregular a prestação de contas feita por Dilma em 2014.

Ainda em agosto, a Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou ao Supremo Tribunal Federal uma denúncia em que acusava Eduardo Cunha de participar do esquema de desvio de dinheiro da Petrobras. Ele voltou a negar a acusação e avisou que não renunciaria à presidência da Câmara. No dia seguinte, o ministro Gilmar Mendes, como integrante do Tribunal Superior Eleitoral, pediu à PGR e à Polícia Federal que investigassem indícios de que dinheiro desviado da Petrobras ajudaram a financiar a campanha de Dilma Rousseff em 2014. Assim, Dilma enfrentava um duplo risco de ver um pedido de impeachment prosperar: julgada irregular pelo TCU sua prestação de contas, ela poderia ser processada por crime de responsabilidade; sentenciada pelo TSE por causa do financiamento da campanha, poderia ser processada por crime eleitoral.

Ao longo dos primeiros meses de 2015, Dilma Rousseff e Eduardo Cunha tiveram tanto vitórias quanto derrotas. Dilma enfrentou uma Câmara avessa às suas propostas, porém conseguiu ver as medidas para o ajuste fiscal serem aprovadas, ainda que com dificuldade. Cunha aprovou uma série de proposições de seu interesse, mas viu algumas delas serem depois refreadas no Senado. No início do período, o risco de queda pairava apenas sobre Dilma. No final, em razão da denúncia levada ao STF, também Cunha ouvia pedidos de renúncia. Assim, não era possível apontar o vencedor e o derrotado na disputa pelo poder. Até agosto, o que ocorreu foram apenas os primeiros capítulos desse conflito maquiaveliano em Brasília, e o desfecho ainda se mostrava imprevisível.

3 CONCLUSÃO

Comparando os mandamentos pregados por Nicolau Maquiavel com as ações de Dilma Rousseff e Eduardo Cunha entre novembro de 2014 e agosto de 2015, os resultados da presente pesquisa sugerem que existe uma influência do receituário maquiaveliano sobre o resultado político. O que se conclui é que aquele que observou as recomendações de Maquiavel otimizou suas chances de sucesso político enquanto aquele que não as observou incorreu mais no fracasso.

Entre os episódios de sucesso político, pode-se destacar a reeleição de Dilma, que foi alcançada, entre outras razões, à custa de promessas eleitorais que não poderiam ser cumpridas. Também se pode mencionar como êxito a contumaz aprovação de proposições do interesse de Cunha na Câmara, decorrente do cuidado tomado por ele de instalar deputados de sua confiança na presidência e na relatoria das comissões.

Entre os episódios de fracasso político, pode-se apontar a brusca perda do apoio popular a Dilma, motivada, entre outras razões, pelo excesso de medidas danosas à população e pela falta de medidas favoráveis. No caso de Cunha, o único mandamento maquiaveliano que ele aparentou desobedecer foi o que recomenda cercar-se de bons conselheiros. No entanto, não se identificou nenhum revés político que pudesse ter derivado dessa inobservância.

Como se observa no quadro do apêndice, Eduardo Cunha foi mais obediente a Maquiavel e Dilma Rousseff foi menos. Dos 20 mandamentos considerados na presente pesquisa, o presidente da Câmara dos Deputados seguiu 15 e ignorou apenas 1. Quanto aos 4 mandamentos restantes, a presente pesquisa não encontrou elementos capazes de indicar se foram seguidos ou não. Dilma, por sua vez, seguiu 8 mandamentos e ignorou 11. As reportagens consultadas não permitiram verificar se a presidente da República obedeceu ao mandamento restante.

Foram comparações desse mesmo tipo, com vários estudos de caso, que permitiram a Maquiavel escrever *O Príncipe*. O pensador florentino analisou as condutas de líderes de sua época e do passado e verificou quais delas conduziram ao êxito e quais levaram à derrota. Suas asserções foram se comprovando à medida que ele encontrava condutas semelhantes, adotadas por diferentes governantes, levando ao mesmo resultado político. Ele também levou em consideração as contingências de cada momento

analisado. Em seguida, a partir dos estudos de caso, Maquiavel buscou construir uma teoria geral da ação política.¹⁷⁶

A teoria apresentada em *O Príncipe*, conclui-se, continua atual. O livro ainda pode ser utilizado pelos políticos como um eficiente manual do poder. Não deve, no entanto, ser usado em estado bruto. Alguns trechos ficaram datados, e a leitura precisa ser adaptada ao momento contemporâneo. Quinhentos anos atrás, por exemplo, as repúblicas e os principados europeus precisavam de exércitos para se protegerem das frequentes agressões externas. Maquiavel, por isso, discute se é mais conveniente ter um exército próprio, recorrer ao exército de outro soberano ou então contratar um exército de mercenários. Esse é um ponto que hoje não faz sentido se o livro for interpretado literalmente. De qualquer forma, pode trazer boas lições como metáfora.

No tempo de Maquiavel, na virada do século XV para o XVI, instalava-se na Europa o absolutismo. Não havia a democracia como se conhece hoje. A tripartição dos poderes seria proposta por Montesquieu em 1748.¹⁷⁷ Os partidos políticos só nasceriam por volta de 1850.¹⁷⁸ Naquele momento, o poder estava nas mãos de uma única pessoa. Era outra realidade institucional.

O mundo ficou bem mais complexo. Atualmente, o poder está dividido entre vários atores políticos — a existência do conflito entre Dilma e Cunha deixa isso claro. E esses atores têm uma série de limitações na arena política. A conquista do poder, por exemplo, exige obediência às leis eleitorais. No exercício do poder, o presidente da República depende da aprovação dos parlamentares para executar uma parte considerável do programa de governo, assim como os parlamentares dependem em geral da sanção presidencial para que suas propostas se tornem leis. O Judiciário tem o poder de punir o político que descumpra a legislação. Além disso, os meios de comunicação são vigilantes e a população está organizada para melhor controlar os governantes.

O próprio Maquiavel consegue explicar por que seus conselhos não envelhecem e permanecem válidos mesmo quando são aplicados em contextos históricos e culturais diferentes. De acordo com ele, os homens mudam, mas não a natureza humana. Em todos os tempos e lugares, os homens têm as mesmas paixões, os mesmos desejos e os mesmos interesses. Os padrões de conduta são, portanto, previsíveis. Escreve Maquiavel:

¹⁷⁶ FORNAZIERI, *op. cit.*, p. 19.

¹⁷⁷ MONTESQUIEU, 1985.

¹⁷⁸ DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: 1970. Zahar Editores.

Dos homens se pode dizer que geralmente são ingratos, volúveis, simulados e dissimulados, covardes e gananciosos de ganhos. Enquanto lhes fizeres benefícios, estão todos de teu lado, oferecendo-te o sangue, os bens, a vida, os filhos [...]. Quando, porém, a necessidade se avizinha, dirigem-se para outro lugar.¹⁷⁹ [...] Os homens são tão ingênuos e obedecem tanto às necessidades presentes, que aquele que engana encontrará sempre quem se deixe enganar.¹⁸⁰

Ao enxergar a imutabilidade da natureza humana, defende Maquiavel, o governante poderá aprender a prever a reação dos súditos às suas medidas, adquirindo, assim, a habilidade de induzi-los a seguir na direção que ele desejar.

Para o pensador florentino, a moral política (ou moral do poder) é igualmente imutável. É por isso que um conjunto já estabelecido de qualidades (*virtù*) será sempre imprescindível ao governante que desejar ter sucesso. É também por isso que as chances de errar serão menores se o líder se espelhar na conduta dos governantes exitosos do passado.

Apesar de hoje o governante enfrentar uma série de limitações que não existiam 500 anos atrás, como a tripartição do poder, ele é forçado a recorrer à moral política e agir contra a moral individual nas ocasiões em que o poder está em risco, deixando de lado sua faceta “humana” e adotando um comportamento “animal” — de leão ou de raposa, conforme a metáfora maquiaveliana. Limites atualmente impostos pelo Legislativo e pelo Judiciário, por exemplo, só poderão ser vencidos se o governante tiver a *virtù* necessária para saber fazê-lo. “Eu não tenho que ser bonzinho”, disse Eduardo Cunha, explicando por que não apoiaria projetos de lei defendidos pela militância homossexual.¹⁸¹

Se vivesse nos tempos contemporâneos, Nicolau Maquiavel também poderia escrever uma obra intitulada *O Príncipe*. A essência seria a mesma do livro de 1513. A diferença estaria apenas nos exemplos de ação política que corroborariam cada mandamento. Em razão do contexto do século 21, ele certamente descreveria condutas com um grau mais elevado de complexidade.

¹⁷⁹ MAQUIAVEL, *op. cit.*, p. 120.

¹⁸⁰ MAQUIAVEL, *op. cit.*, p. 127.

¹⁸¹ Presidente da Casa diz que projeto que libera aborto não será votado. *Folha de S.Paulo*. 11 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/207852-presidente-da-casa-diz-que-projeto-que-libera-aborto-nao-sera-votado.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *In: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, 1988, pp. 5 a 34.

ÁLVARES, Débora; BRAGON, Ranier. Peemedebista acusa governo de estimular ações contra ele. *Folha de S.Paulo*. 21 de ago. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/230244-peemedebista-acusa-governo-de-estimular-acusacoes-contraele.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

AMORA, Dimmi; CRUZ, Valdo. Manobra fiscal cria risco de rejeição das contas de Dilma. *Folha de S.Paulo*. 17 abr. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/216226-manobra-fiscal-cria-risco-de-rejeicao-das-contas-de-dilma.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

ARAGÃO, Alexandre. Reprovação de Dilma cresce e supera a de Collor em 1992. *Folha de S.Paulo*. 21 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/228557-reprovacao-de-dilma-cresce-e-supera-a-de-collor-em-1992.shtml>>.

BARROS, Mariana. Parece fim de governo. *Veja*. 14 jan. 2015, pp. 46-49.

BOTELHO, Thaís. A mão que balançava o berço. *Veja*. 18 mar. 2015, p. 30.

BRAGON, Ranier. Câmara aprova doações de empresas e fim de reeleição. *Folha de S.Paulo*. 28 maio 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/220710-camara-aprova-doacoes-de-empresas-e-fim-da-reeleicao.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Com controle de comissões, Cunha dita ritmo da Câmara. *Folha de S.Paulo*. 5 jul. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/225115-com-controle-de-comissoes-cunha-dita-ritmo-da-camara.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Cunha submeterá distritão e doações privadas ao plenário. *Folha de S.Paulo*. 26 maio 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/220511-cunha-submetera-distritao-e-doacoes-privadas-ao-plenario.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

BRAGON, Ranier; CRUZ, Valdo; BOGHOSSIAN, Bruno. Aliados defendem demissão de ministro de partido infiel. *Folha de S.Paulo*. 8 maio 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/218566-aliados-defendem-demissao-de-ministro-de-partido-infiel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

BRAGON, Ranier; FALCÃO, Márcio. A revanche de Cunha. *Folha de S.Paulo*. 12 abr. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/215679-a-revanche-de-cunha.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Apoio no Congresso será condição para obter cargos, diz Mercadante. *Folha de S.Paulo*. 3 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206721-apoio-no-congresso-sera-condicao-para-obter-cargos-diz-mercadante.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Apoio no Congresso será condição para obter cargos, diz Mercadante. *Folha de S.Paulo*. 3 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206721-apoio-no-congresso-sera-condicao-para-obter-cargos-diz-mercadante.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

BRAGON, Ranier; FERNANDES, Sofia. Traição ocorreu até entre líderes do PT. *Folha de S.Paulo*. 14 maio 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/219216-traicao-ocorreu-ate-entre-lideres-do-pt.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

BRAGON, Ranier; GUERREIRO, Gabriela; CRUZ, Valdo. Câmara estende reajuste do salário mínimo a todos os aposentados. *Folha de S.Paulo*. 25 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/223953-camara-estende-reajuste-do-salario-minimo-a-todos-os-aposentados.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

BRAGON, Ranier; TALENTO, Aguirre. Câmara rejeita o distritão e aplica derrota a Cunha. *Folha de S.Paulo*. 27 maio 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/220594-camara-rejeita-o-distritao-e-aplica-derrota-a-cunha.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

BRISOLLA, Fabio. Dilma e Cunha se tratam com frieza em celebração dos 450 anos do Rio. *Folha de S.Paulo*. 1º mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1596711-dilma-e-cunha-se-tratam-com-frieza-em-celebracao-dos-450-anos-do-rio.shtml>>. Acesso em: 19 ago. 2015

CANZIAN, Fernando. Tempestade perfeita ameaça o governo Dilma. *Folha de S.Paulo*. 23 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/209307-tempestade-perfeita-ameaca-o-governo-dilma.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

CASTRO, Gabriel. Entenda como funciona um processo de impeachment. *Veja.com*. 12 mar. 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/os-seis-passos-de-um-processo-de-impeachment/>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

CEOLIN, Adriano. Mandato novo, problemas velhos. *Veja*. 7 jan. 2015, pp. 37-43.

COLOMBO, Sylvia. A imagem mítica do brasileiro simpático existe só no samba. *Folha de S.Paulo*. 18 maio 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/219703-a-imagem-mitica-do-brasileiro-simpatico-existe-so-no-samba.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

CRUZ, Valdo; GUERREIRO, Gabriela. Presidente definirá nesta semana cota pessoal de ministros. *Folha de S.Paulo*. 1º dez. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/198067-presidente-definira-nesta-semana-cota-pessoal-de-ministros.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

DALTRO, Ana Luiza. As promessas e a realidade. *Veja*. 21 jan. 2015. São Paulo, p. 36.

DIAS, Marina. Lula e movimentos sociais se unem para pressionar Dilma. *Folha de S.Paulo*. 27 dez. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/201781-lula-e-movimentos-sociais-se-unem-para-pressionar-dilma.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

DIAS, Marina; CRUZ, Valdo; GUERREIRO, Gabriela. Nomeações em estatais são só do Executivo, reage Dilma. *Folha de S.Paulo*. 3 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/221393-nomeacoes-em-estatais-sao-so-do-executivo-reage-dilma.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

DIAS, Marina; NERY, Natuza. Cunha discute impeachment com ministro do Supremo. *Folha de S.Paulo*. 14 jul. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/226037-cunha-discute-impeachment-com-ministro-do-supremo.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

DIAS, Marina; SADI, Andréia. Crise eleva chances de intervenção de Lula no governo. *Folha de S.Paulo*. 5 jul. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/225113-cri-se-eleva-chances-de-intervencao-de-lula-no-governo.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: 1970. Zahar Editores.

FALCÃO, Márcio; BRAGON, Ranier. Cunha diz ter sido alertado de que PF forjou áudio contra ele. *Folha de S.Paulo*. 21 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/204856-cunha-diz-ter-sido-alertado-de-que-pf-forjou-audio-contr-a-ele.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Rivais na Câmara tentam apagar estigmas. *Folha de S.Paulo*. 25 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/205470-rivais-na-camara-tentam-apagar-estigmas.shtml>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

FALCÃO, Márcio; BRAGON, Ranier; SADI, Andréia. Rivais na Câmara tentam apagar estigmas. *Folha de S.Paulo*. 25 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/205470-rivais-na-camara-tentam-apagar-estigmas.shtml>>. Acesso em: 22 de ago. 2015.

FALCÃO, Márcio; BRAGON, Ranier; TALENTO, Aguirre. De cada 10 aliados, 3 votam contra Dilma. *Folha de S.Paulo*. 27 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/213940-de-cada-10-aliados-3-votam-contr-a-dilma.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

FALCÃO, Márcio; NERY, Natuza; HAUBERT, Mariana. Vice alerta Dilma do risco de perder maioria no Congresso. *Folha de S.Paulo*. 25 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/209532-vice-alerta-dilma-do-risco-de-perder-maioria-no-congresso.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

FERNANDES, Sofia *et al.* Levy indica que impostos devem subir. *Folha de S.Paulo*. 6 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/202908-levy-indica-que-impostos-devem-subir.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

FERNANDES, Sofia; CRUZ, Valdo. Governo prevê R\$ 21 bi com alta de tributos. *Folha de S.Paulo*. 20 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/204762-governo-preve-r-21-bi-com-alta-de-tributos.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Mínimo terá alta real até 2019, diz ministro. *Folha de S.Paulo*. 3 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/202583-minimo-tera-alta-real-ate-2019-diz-ministro.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

FOREQUE, Flávia et al. *Folha de S.Paulo*. Pressão do PMDB obriga Dilma a demitir ministro. 19 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/212413-pressao-do-pmdb-obriga-dilma-a-demitir-ministro.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

FORNAZIERI, Aldo. *Maquiavel e o Bom Governo*. 2006. Tese de Doutorado. São Paulo. Universidade de São Paulo (USP), p. 26.

FRANCO, Bernardo Mello. O dia do Cunha. *Folha de S.Paulo*. 26 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/209637-o-dia-do-cunha.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. O maior perdedor. *Folha de S.Paulo*. 21 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/204822-o-maior-perdedor.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Os anéis e os dedos. 3 fev. 2015. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/206637-os-aneis-e-os-dedos.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Pátria educadora. *Folha de S.Paulo*. 6 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/202886-patria-educadora.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Samba da reforma doida. *Folha de S.Paulo*. 13 maio 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/219096-samba-da-reforma-doida.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Temer e a maldição de Jânio. *Folha de S.Paulo*. 3 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/210276-temer-e-a-maldicao-de-janio.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

FREITAS, Janio de. Novo senhor. *Folha de S.Paulo*. 19 fev. 2015. Acesso em: 22 ago. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/208784-novo-senhor.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

FRIEDLANDER, David; SEABRA, Catia. Malvado Favorito. *Folha de S.Paulo*. 23 nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/196903-malvado-favorito.shtml>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

GIELOW, Igor; NERY, Natuza. “Eu não represento o PT”, diz presidente. *Folha de S.Paulo*. 7 nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/194433-eu-nao-represento-o-pt-diz-presidente.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

HAUBERT, Mariana; CRUZ, Valdo. Ministro anuncia a própria nomeação sem aval de Dilma. *Folha de S.Paulo*. 9 abr. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/215228-ministro-anuncia-a-propria-nomeacao-sem-aval-de-dilma.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

JARDIM, Lauro. Cem dias de cão. *Veja*. 15 abr. 2015, p. 43.

_____. De aluno aplicado a mestre rigoroso. *Veja*. 18 fev. 2015, p. 34.

_____. De corpo presente. *Veja*. 1º jul. 2015, p. 35

_____. Sem tradição. *Veja*. 28 jan. 2015, p. 35

_____. Uma reunião no Planalto. *Veja*. 24 jun. 2015, p. 41

KELLY, Paul et al. *O Livro da Política*. Tradução Rafael Longo. 1. ed. São Paulo: Globo, 2013, pp 40-43.

LIMA, Daniela. FHC diz que renúncia seria “ato de grandeza” de Dilma. *Folha de S.Paulo*. 18 ago. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/229880-fhc-diz-que-renuncia-seria-ato-de-grandeza-de-dilma.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

LIMA, Daniela; MEGALE, Bela. Presidente precisa conversar com o povo, diz Lula. *Folha de S.Paulo*. 4 jul. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/224990-presidente-precisa-conversar-com-o-povo-diz-lula.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

LIMA, Márcio Penido Souza. O poder constituinte em Maquiavel. 2011. 151 f. Dissertação de mestrado. Departamento de Direito. PUC-Rio de Janeiro. 2011.

MAGALHÃES, Vera. Alô. *Folha de S.Paulo*. 17 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/204317-painel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Boca livre. *Folha de S.Paulo*. 30 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206106-painel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Clemência. *Folha de S.Paulo*. 3 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206719-painel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Colateral. *Folha de S.Paulo*. 14 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/208236-painel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Mantra. *Folha de S.Paulo*. 27 nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/197436-painel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Medida certa. *Folha de S.Paulo*. 22 nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/196699-painel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. No sol. *Folha de S.Paulo*. 31 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206297-painel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Questão... *Folha de S.Paulo*. 27 dez. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/201782-painel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Regulação da mídia. *Folha de S.Paulo*. 24 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/205291-painel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Ressaca. *Folha de S.Paulo*. 2 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206571-painel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Sem clima. *Folha de S.Paulo*. 28 de nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/197588-painel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Solitário. *Folha de S.Paulo*. 26 dez. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/201718-painel.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*: com notas de Napoleão Bonaparte. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. 6. ed.

MASCARENHAS, Gabriel. “Entendo de gente”, diz ministro do Esporte. *Folha de S.Paulo*. 3 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/202575-entendo-de-gente-diz-ministro-do-esporte.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

MASCARENHAS, Gabriel; NERY, Natuza. Lula passa a orientar bancada petista. *Folha de S.Paulo*. 22 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/212948-lula-passa-a-orientar-bancada-petista.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Lula passa a orientar bancada petista. *Folha de S.Paulo*. 22 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/212948-lula-passa-a-orientar-bancada-petista.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

MONTESQUIEU. *O Espírito das leis*. Trad. Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

NERY, Natuza; HAUBERT, Mariana. Dilma defende Petrobras e diz que atual diretoria fica. 23 dez. 2014. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/201387-dilma-defende-petrobras-e-diz-que-atual-diretoria-fica.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

NERY, Natuza; SADI, Andréia. Durante crise, presidente fica mais solitária e reflexiva. *Folha de S.Paulo*. 15 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/211937-durante-crise-presidente-fica-mais-solitaria-e-reflexiva.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

NERY, Natuza; SADI, Andréia; HAUBERT, Mariana. Depois de Lula, Dilma vai receber a cúpula do PMDB. *Folha de S.Paulo*. 27 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/209786-depois-de-lula-dilma-vai-receber-a-cupula-do-pmdb.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

PAULINO, Mauro; JANONI, Alessandro. Insegurança com trabalho e emprego é principal frustração. *Folha de S.Paulo*. 21 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/223472-inseguranca-com-salario-e-emprego-e-principal-frustracao.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

PEREIRA, Daniel. A base de apoio conflagrada. *Veja*. 11 fev. 2015, pp. 11-13.

POWELL, Jonathan. *The New Machiavelli*. Londres: The Bodley Head, 2010.

RODRIGUES, Fernando et al. Dilma diz que Marina quer governar com banqueiros. *Folha de S.Paulo*. 10 set. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/184945-dilma-diz-que-marina-quer-governar-com-banqueiros.shtml>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

SADI, Andréia. Após cancelar fala do 1º de maio, presidente não grava para o PT. *Folha de S.Paulo*. 4 maio 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/218128-apos-cancelar-fala-do-1-de-maio-presidente-nao-grava-para-o-pt.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Após promover PRB, governo cobra votos em petista. *Folha de S.Paulo*. 31 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206296-apos-promover-prb-governo-cobra-votos-em-petista.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Com manobra do PMDB, CPI deve focar apenas era petista. *Folha de S.Paulo*. 2 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/210201-com-manobra-do-pmdb-cpi-deve-focar-apenas-era-petista.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Cunha reúne “bloco” para tentar isolar PT na Câmara. *Folha de S.Paulo*. 3 nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/193792-cunha-reune-bloco-para-tentar-isolar-pt-na-camara.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Filha de Cunha investe em trabalho político com deputados de olho em 2016. *Folha de S.Paulo*. 1º jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/221190-filha-de-cunha-investe-em-trabalho-politico-com-deputados-de-olho-em-2016.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Lula orienta Dilma a buscar trégua com Eduardo Cunha. *Folha de S.Paulo*. 14 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/208234-lula-orienta-dilma-a-buscar-tregua-com-eduardo-cunha.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015

_____. PMDB não tem operador em esquema na Petrobras. *Folha de S.Paulo*. 29 dez. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/202050-pmdb-nao-tem-operador-em-esquema-na-petrobras.shtml>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

SADI, Andréia et al. Câmara elege Cunha e impõe derrota histórica ao Planalto. *Folha de S.Paulo*. 2 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206572->

camara-elege-cunha-e-impoe-derrota-historica-ao-planalto.shtml>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Câmara elege Cunha e impõe derrota histórica ao Planalto. *Folha de S.Paulo*. 2 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206572-camara-elege-cunha-e-impoe-derrota-historica-ao-planalto.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Cunha diz que rivais tentam tirá-lo de disputa na Câmara. *Folha de S.Paulo*. 8 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/203159-cunha-diz-que-rivais-tentam-tira-lo-de-disputa-na-camara.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

SADI, Andréia; BRAGON, Ranier. Ministro usa viagem oficial para pedir apoio ao PT. *Folha de S.Paulo*. 29 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206027-ministro-usa-viagem-oficial-para-pedir-apoio-ao-pt.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. PT e PMDB trocam acusações sobre proposta de rodízio. *Folha de S.Paulo*. 1o fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206476-pt-e-pmdb-trocam-acusacoes-sobre-proposta-de-rodizio.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

SADI, Andréia; CRUZ, Valdo; HAUBERT, Mariana. Após vaias, Dilma diz não ver razão para impeachment. *Folha de S.Paulo*. 10 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/211282-apos-vaia-dilma-diz-nao-ver-razao-para-impeachment.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

SADI, Andréia; HAUBERT, Mariana. Cunha diz que delator mente e promete romper com o governo. *Folha de S.Paulo*. 17 jul. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/226415-cunha-diz-que-delator-mente-e-promete-romper-com-o-governo.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

SADI, Andréia; NERY, Natuza. Dilma escolhe presidente do BB para chefiar Petrobras. *Folha de S.Paulo*. 7 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/207336-dilma-escolhe-presidente-do-bb-para-chefiar-petrobras.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

SAKATE, Marcelo. O país foi enganado. Veja. 31 jan. 2015, p. 41.

SEABRA, Catia; BOGHOSSIAN, Bruno; GAMA, Paulo. PT mapeia cargos para pressionar deputados. *Folha de S.Paulo*. 30 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/206112-pt-mapeia-cargos-para-pressionar-deputados.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

SEABRA, Catia; DIAS, Marina; PITOMBO, João Paulo. Ministros divergem sobre a volta da CPMF. *Folha de S.Paulo*. 13 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/222512-ministros-divergem-sobre-a-volta-da-cpmf.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

SOUZA, Leonardo. Empréstimo do BB para amiga de Bendine será investigado pela PF. *Folha de S.Paulo*. 7 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/207341-emprestimo-do-bb-para-amiga-de-bendine-sera-investigado-pela-pf.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Revisão de regras trabalhistas foi planejada antes da eleição. *Folha de S.Paulo*. 26 jan. 2015. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/205556-revisao-de-regras-trabalhistas-foi-planejada-antes-da-eleicao.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

TALENTO, Aguirre; FALCÃO, Márcio. Proposta que pode tirar de Dilma 5 indicações ao STF avança na Câmara. *Folha de S.Paulo*. 5 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/210579-proposta-que-pode-tirar-de-dilma-5-indicacoes-ao-stf-avanca-na-camara.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

TUFFANI, Maurício. Novo ministro da Ciência defendeu posições contrárias às da academia. *Folha de S.Paulo*. 25 dez. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/201575-novo-ministro-da-ciencia-defendeu-posicoes-contrarias-as-da-academia.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

VALENTE, Rubens; MAISONNAVE, Fabiano. Escolhido fez campanha para petista em 2010. *Folha de S.Paulo*. 15 abr. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/216002-escolhido-fez-campanha-para-petista-em-2010.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

VIANNA, Luiz Fernando. Notas do subterrâneo. *Folha de S.Paulo*. 29 set. 2014. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/188062-notas-do-subterraneo.shtml>>. Acesso em: 21 ago 2015.

_____. O ministério e seus dotes. *Folha de S.Paulo*. 29 dez. 2014, p. A2.

VIEIRA, Fernando Sabóia. Poderes e atribuições do presidente da Câmara dos Deputados no processo decisório legislativo. 96 f. Dissertação de mestrado em Ciência Política – Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro e Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados. 2009.

XAVIER, Luiz Gustavo. Cunha: vamos trabalhar para derrubar vetos de Dilma sobre fusão de partidos. *Câmara Notícias*. 25 mar. 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/484412-CUNHA-VAMOS-TRABALHAR-PARA-DERRUBAR-VETOS-DE-DILMA-SOBRE-FUSAO-DE-PARTIDOS.html>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

Aval a financiamento privado de campanha é obtido com ameaças. *Folha de S.Paulo*. 28 maio 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/220711-aval-a-financiamento-privado-de-campanha-e-obtido-com-ameacas.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

Avança na Câmara projeto de redução de ministérios. *Folha de S.Paulo*. 23 abr. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/216928-avanca-na-camara-projeto-de-reducao-de-ministerios.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

Câmara estuda impeachment a pedido de deputado da “tropa de choque” de Cunha. *Zero Hora*. 17 jul. 2015. Disponível em: <<http://m.zerohora.com.br/noticia/4803829/camara-endurece-contradilma-e-estuda-impeachment>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

Cunha afirma não querer que proposta de colega seja votada. *Folha de S.Paulo*. 19 maio 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/219786-cunha-afirma-nao-querer-que-proposta-de-colega-seja-votada.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

Grupos antigoverno exibem menos força na volta às ruas. *Folha de S.Paulo*. 13 abr. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/215793-grupos-antigoverno-exibem-menos-forca-na-volta-as-ruas.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

Impeachment provoca bate-boca entre tucano e petista no Senado. *Folha de S.Paulo*. 10 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/207729-impeachment-provoca-bate-boca-entre-tucano-e-petista-no-senado.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

Lula afirma que Dilma e ele estão no “volume morto”. *Folha de S.Paulo*. 21 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/223479-lula-afirma-que-dilma-e-ele-estao-no-volume-morto.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

Ministro diz que Câmara tem “uns 400 achacadores”. *Folha de S.Paulo*. 5 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/210582-ministro-diz-que-camara-tem-uns-400-achacadores.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

Ministro diz que Câmara tem “uns 400 achacadores”. *Folha de S.Paulo*. 5 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/210582-ministro-diz-que-camara-tem-uns-400-achacadores.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

Multidão vai às ruas contra Dilma e assusta governo. *Folha de S.Paulo*. 16 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/212037-multidao-vai-as-ruas-contradilma-e-assusta-o-governo.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

Pesquisa Mídia e política 2015: hábitos de informação e monitoramento político. Brasília: FSB Comunicação, 2015. Disponível em: <<http://www.jornalistasecia.com.br/pesquisa/midiaepolitica2015.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

PMDB vai à Justiça contra criação de partidos, diz Cunha. *Folha de S.Paulo*. 3 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1584340-pmdb-vai-a-justica-contracriacao-de-novos-partidos-diz-cunha.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

Presidente da Casa diz que projeto que libera aborto não será votado. *Folha de S.Paulo*. 11 fev. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/207852-presidente-da-casa-diz-que-projeto-que-libera-aborto-nao-sera-votado.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

Protestos nas ruas mantêm governo Dilma sob pressão. *Folha de S.Paulo*. 17 ago. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/229809-protestos-nas-ruas-mantem-governo-dilma-sob-pessao.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

Reino de um homem só. *Folha de S.Paulo*. 5 jul. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/225123-reino-de-um-homem-so.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

Senado aprova revisão da dívida dos Estados e municípios para 2016. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/217611-senado-aprova-revisao-da-divida-dos-estados-e-municipios-para-2016.shtml>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

APÊNDICE

Mandamentos de Maquiavel	Dilma Rousseff	Eduardo Cunha
1. descumprir promessas quando necessário	SEGUIU	SEGUIU
2. não ser portador de más notícias	SEGUIU	s.i.
3. para chegar ao poder, convencer o povo de que a vida melhorará	SEGUIU	SEGUIU
4. manter o povo dependente do governante	SEGUIU	SEGUIU
5. antecipar-se aos problemas e agir de forma preventiva	NÃO SEGUIU	SEGUIU
6. se for necessário que alguém mais ganhe poder, não permitir que seja um inimigo	SEGUIU	SEGUIU
7. saber que os benefícios novos concedidos a alguém não apagam as agressões antigas	NÃO SEGUIU	s.i.
8. fazer ameaças apenas se de fato depois for executá-las	NÃO SEGUIU	SEGUIU
9. buscar ser temido	NÃO SEGUIU	SEGUIU
10. ser criterioso na escolha dos auxiliares	NÃO SEGUIU	SEGUIU
11. criar colônias nos territórios conquistados	NÃO SEGUIU	SEGUIU
12. dividir o inimigo, para vencê-lo mais facilmente	SEGUIU	SEGUIU
13. recorrer tanto à lei quanto à força	SEGUIU	SEGUIU
14. ser ao mesmo tempo leão e raposa	NÃO SEGUIU	SEGUIU

15. perturbar a ordem para conquistar o território mais facilmente	s.i.	SEGUIU
16. fazer bondades aos poucos e maldades de uma só vez	SEGUIU	SEGUIU
17. não ser odiado pelo povo e tê-lo como aliado	NÃO SEGUIU	SEGUIU
18. convencer o povo de que tem qualidades que, na realidade, não tem	NÃO SEGUIU	s.i.
19. contar com bons conselheiros	NÃO SEGUIU	NÃO SEGUIU
20. seguir o exemplo de grandes governantes do passado	NÃO SEGUIU	s.i.
* s.i. = sem informação		